

ANTONIO CAVALCANTE FILHO

**A PESCA DA BALEIA NA PARAÍBA  
E SUA REPERCUSSÃO  
ECONÔMICO-SOCIAL NO MUNICÍPIO DE LUCENA**

Dissertação submetida ao Curso  
de Mestrado em Economia, do  
Centro de Humanidades, da Uni  
versidade Federal da Paraíba.

CAMPINA GRANDE, OUTUBRO DE 1981



C376p

Cavalcante Filho, Antônio.

A pesca da baleia na Paraíba e sua repercussão econômico-social no município de Lucena / Antônio Cavalcante Filho. - Campina Grande, 1981.

140 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1981.

"Orientação : Prof. Cláudio Santa Cruz Costa".

Referências.

1. Baleia - Pesca - Aspectos Econômicos. 2. Baleia - Pesca - Lucena-PB. 3. Produção de Pescado. 4. Dissertação - Economia. I. Costa, Cláudio Santa Cruz. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 338:639.245(813.3)(043)

A

*Miriam, Magna e Luis Carlos,  
por me terem compreendido e  
incentivado durante a reali-  
zação do curso e elaboração  
do presente trabalho.*

## APRESENTAÇÃO

Entendemos preliminarmente que, a elaboração de uma dissertação não é senão uma oportunidade que se nos apresenta para desenvolver um tema sobre algum problema que não sabemos e necessitamos tomar conhecimento. Segundo este ponto de vista é que fomos motivados a produzir o presente trabalho o qual se relaciona com a pesca da baleia na Paraíba, tendo como finalidade precípua satisfazer a etapa final do Curso de Mestrado em Economia junto ao Centro da Humanidades da Universidade Federal da Paraíba.

Trata-se de um tema polêmico, haja visto as duas correntes divergentes entre setores governamentais. De um lado, conforme tentaremos mostrar, uma se manifesta favoravelmente pela suspensão da captura como forma de defesa da espécie, enquanto a outra argumenta sobre a necessidade de permanência da pesca face aos benefícios econômico-sociais gerados em favor das comunidades local e regional. Este segmento, acrescenta ainda, que a paralização das atividades, em mar brasileiro, leva forçosamente ao aumento das cotas para os demais países capturadores.

O estudo incorpora tão somente uma análise dos dados que nos permitam avaliar a segunda posição que trata da repercussão da atividade no contexto da economia lucenense.

Devemos ressaltar finalmente, que o presente trabalho não tem pretensões de esgotar o assunto, pretendemos apenas iniciar uma abertura com vistas ao surgimento de outras idéias para investigações no futuro.

## AGRADECIMENTOS

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, nos apoiaram na realização deste trabalho pois, apesar de assumimos total responsabilidade pelas idéias manifestadas, tudo que fizemos reflete particularmente nossa consciência.

Todavia, achamos oportuno registrar algumas gratidões:

.Ao Prof. Cláudio Santa Cruz Costa que, na qualidade de orientador e amigo, sempre se mostrou disposto quando tínhamos necessidades de remover algumas dificuldades muitas vezes apresentadas durante a elaboração deste documento;

.Ao mestre Oscar Betanzos, pela motivação na escolha do tema e na definição do planejamento dos capítulos;

.Ao Prof. José Roberto Novaes, pelo estímulo oferecido desde os primeiros passos na consecução do trabalho;

.Ao Prof. Guilherme de Albuquerque Cavalcanti, registramos nossos reconhecimentos pela cooperação substancial que nos proporcionou durante o período de revisão do presente trabalho;

.Aos demais componentes do corpo docente, bem como pessoal administrativo pelo encorajamento proporcionado durante a realização do curso.

Finalmente, um agradecimento especial à Universidade Federal da Paraíba e ao Departamento de Economia, pelo total apoio proporcionado, sem a colaboração destes, tornar-se-ia impossível a concretização deste ideal.

...

## DADOS BIOGRÁFICOS DO AUTOR

Nome: ANTONIO CAVALCANTE FILHO

Filiação: Antonio Cavalcante de Albuquerque e Severina Leite Cavalcante.

Nasceu em Boa Vista, Distrito de Campina Grande-Pb, em 23.05.36. Casado com Miriam Soares Cavalcante e conta com dois filhos: Luís Carlos Soares Cavalcante e Magna Coeli Soares Cavalcante.

### Formação Educacional

1º Grau - Grupo Escolar Teodósio de Oliveira Lêdo, Boa Vista-Pb e Escola Técnica de Comercio Underood em João Pessoa - 1947/57.

2º Grau - Técnico em Contabilidade, na Academia de Comercio Epiácio Pessoa - João Pessoa - 1958/60.

Superior - Economista pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFPB - 1962/65.

Outros Cursos - Intensivo sobre Estatística, promovido pelo IPSEP, 1964;  
Métodos e Técnicas de Pesquisa Sócio-Econômicas IPSEP, 1966;



- Comercialização Agrícola, promovido pela SUDENE Recife, 1968;
- Planejamento e Análise de Projeto, promovido pela SEPLAN-Pb, 1972;
- Planejamento e Controle da Produção, promovido pelo CENPAR, 1969.

#### **Atividades em Empresas Privadas**

- Realizou diversas pesquisas para instruir projetos na SUDENE junto ao ESTEPLAN e ESTE - João Pessoa - Pb;
- Elaborou projeto para implantação da Casa de Saúde N. S. da Luz, de Guarabira, com financiamento do Banco do Estado - Pb.

#### **Atividades em Órgãos Públicos**

- Tesoureiro Auxiliar e Economista do Instituto de Previdência do Estado - Pb, 1960/66;
- Economista da Secretaria da Agricultura da Paraíba, no Programa de Comercialização Agrícola, do qual foi seu executor - 1967/69;
- Economista da CEHAP - 1969/71;
- Técnico de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba - 1971/75;
- Consultor Assistente do NAT, Convênio DAU/UFPB, 1975/76;
- Assessor de Planejamento da UFPB, oportunidade em que

iniciou a implantação da Pró-Reitoria de planejamento, como Pró-Reitor interino.

- Responsável técnico do GEPLAN (Grupo de Estudos e Planejamento Ltda.) - João Pessoa.

### **Trabalhos Publicados**

- Em equipe: Pesquisa de Comercialização Agrícola - Tomos I e II, no Convênio SUDENE/Governo do Estado da Paraíba, 1967/68;
- Monografia individual sobre a Técnica Orçamentária como Instrumento do Desenvolvimento Econômico - DAU/UFPB, 1975;
- Artigos no Jornal "O Norte":
  - .Aspectos da Economia Rural Brasileira - Fev. 1978;
  - .Como Financiar o Desenvolvimento, idem.

### **Magistério**

- Chefe do Dep. de Estudos Gerais e professor de Economia I e II, da Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Autônoma - J. Pessoa;
- Professor de Finanças Públicas e Ciências das Finanças da UFPB, através de seleção pública - a partir de 1976.

### **Seminários**

- Didática Superior na UFPB e Planejamento universitá

rio, pela Universidade Federal de Brasília, 1976.

#### Diversos

- Consultor de Sistema da IGF, do MEC, Sócio da Associação Brasileira de Orçamento Público e registrado no CREP, sob nº 620.

## SUMÁRIO

# S U M Á R I O

	PÁG.
1. INTRODUÇÃO .....	19
1.1 - O Problema e sua Importância .....	26
2. OBJETIVOS .....	33
2.1 - Objetivo Geral .....	33
2.2 - Objetivos Específicos .....	33
3. METODOLOGIA .....	35
3.1 - Fonte dos Dados .....	42
3.2 - Hipóteses de Trabalho .....	43
4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....	45
4.1 - Localização Geográfica .....	45
4.2 - População .....	46
4.3 - Aspectos Econômicos e Sociais .....	48
4.3.1 - Transporte e Comunicação .....	53
4.3.2 - Educação .....	54
4.3.3 - A Saúde Pública Municipal .....	54
4.3.4 - Qualidade das Habitações .....	61
4.4 - Atividade Financeira e Administrativa Municipal. 62	
4.4.1 - Participação do Município na Redeita do Estado .....	62
4.4.2 - Participação do Município na Receita Fe deral .....	65
4.4.3 - Receita Municipal .....	66
4.4.4 - Despesas realizadas no período .....	68
5. A BALEIA NO BRASIL E SUA ATIVIDADE NA PARAÍBA .....	72

5.1 - Enfoque Histórico da Baleia no Brasil .....	72
5.2 - A Pesca da Baleia na Paraíba .....	76
5.2.1 - Localização .....	76
5.2.2 - A Empresa Capturadora .....	77
5.2.2.1 - Oferta de Empregos .....	78
5.2.2.2 - Empregos Gerados com o Turismo .....	80
5.3 - Matéria-Prima e Mercado .....	81
5.3.1 - Características .....	81
5.3.1.1 - Migrações .....	81
5.4 - Produtos Gerados .....	82
5.5 - Destino da Produção .....	84
5.5.1 - Mercado Interno .....	84
5.5.2 - Mercado Externo .....	90
5.5.3 - Contribuição da carne da baleia na oferta de alimentos .....	91
6. FATURAMENTO ANUAL DA EMPRESA, SEGUNDO OS PRODUTOS .....	93
6.1 - Preços Médios obtidos com a venda dos produtos no Mercado Interno .....	95
6.2 - Preços Médios obtidos com a venda dos produtos no Mercado Externo .....	96
6.3 - Preços a Nível do Consumidor .....	99
7. FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO .....	102
7.1 - No Mercado Externo .....	102
7.2 - No Mercado Interno .....	102
7.3 - Modalidade de Pagamento .....	103
7.4 - Controle e Fiscalização .....	105
8. CONTRIBUIÇÃO DA PESCA DA BALEIA NOS TRIBUTOS GOVERNAMENTAIS .....	107
8.1 - Estado .....	107
8.2 - Município .....	109
8.3 - Governo Federal .....	110
9. O ESTADO E A POLÍTICA DE INCENTIVOS EM FAVOR DA ATIVIDADE DE BALEEIRA .....	113

10. CONCLUSÕES .....	118
11. SUGESTÕES .....	124
12. BIBLIOGRAFIA .....	128
13. A N E X O S .....	131

...

LISTA DE TABELAS



## LISTA DE TABELAS

NÚMERO		PÁG.
1	Produção de Pescado no Município de Lucena 1976/78	27
2	Produção Controlada de Pescado no Litoral Paraibano - 1976/78 .....	28
3	Distribuição da População do Município por Localidade - 1978 .....	47
4	Distribuição dos Estabelecimentos Agrícolas, Segundo Grupos de Áreas - 1978 .....	50
5	6, 7, 8 e 9 - Condições Gerais do Saneamento Básico da População do Município .....	56/57
10	Atividades Normais do Chefe de Família no Município .....	58
11	Situação Econômico-Financeira das famílias de Lucena .....	59
12	Programa de Construção de Saneamento de Lucena ...	60
13	Evolução da Arrecadação do ICM no Município de Lucena - 1975/78 .....	63
14	Demonstrativo do ICM Arrecadado pelo Estado no Município de Lucena comparado com o Montante recolhido pela COPESBRA - 1975/78 .....	64
15	Baleias Capturadas e Produção Realizada 1975/78 ..	65
16	Recolhimento de Impostos (IR e IPI) pela Empresa Capturadora - 1975/78 .....	66
17	Demonstrativo da Receita Municipal Segundo as Fontes .....	67

18	Realização das Despesas Municipais, Segundo as <u>Ca</u> tegorias Econômicas - 1975/78 .....	69
19	Despesas Municipais Segundo as Funções de <u>Gover</u> no - 1975/78 .....	70
20	Posição do Brasil em Relação aos demais <u>Países</u> Capturadores de Baleias no Mundo .....	75
21	Discriminação do Número de Empregos por Secção na Empresa Capturadora - 1978 .....	79
22	Estrutura Salarial da Empresa - 1978 .....	80
23	Produtos Extraídos da Baleia - 1975/78 .....	83
24	Destino da Produção da Empresa - Mercado <u>Interno</u> Segundo os Estados Brasileiros .....	87
25	Resumo dos Estados Brasileiros Segundo <u>Produtos</u> Demandados - 1975/78 .....	89
26	Produtos Exportados .....	90
27	Produção de Carne da Baleia em Relação ao <u>Número</u> de Bois Abatidos - 1975/78 .....	91
28	Demonstrativo do Faturamento Anual da Empresa <u>Cap</u> turadora - 1975/78 .....	94
29	Preço Médio Anual de Venda por Produto da <u>Baleia</u> no Mercado Interno - 1975/78 .....	97
30	Preço Médio Anual de Venda por Produto no Mercado Externo - 1975/78 .....	98
31	Análise Comparativa dos Preços a nível do <u>Consumi</u> dor - 1974/76 .....	100
32	Entidades que mantêm Relacionamento Comercial com a Empresa Capturadora .....	103
33	Elementos Nutrientes em Relação a Carne Bovina ..	104
34	ICM Recolhido e Incentivos Fiscais Recebidos pela COPESBRA - 1975/78 .....	108
35	Comparativo do ICM Arrecadado pelo Estado no <u>Muni</u> cípio com o Recolhido pela COPESBRA .....	109

36	Impostos Federais Recolhidos pela COPESBRA .....	111
37	Impostos Recebidos pela União e Incentivos Auferi <u>dos</u> pela COPESBRA - 1975/78 .....	114
38	Consolidação dos Impostos Recolhidos e os Incenti <u>vos</u> oferecidos à Atividade Baleeira na Paraíba - 1975/78 .....	116

...

## 1. INTRODUÇÃO

## 1. INTRODUÇÃO

Nos anos mais recentes, principalmente a partir de 1977, vem-se registrando controvérsias bastante aceras em torno da pesca da baleia, em escala internacional. Particularmente no Brasil, o debate gira em termos de duas posições: de um lado, manifestam-se correntes favoravelmente pela suspensão da captura, utilizando como argumento fundamental a defesa da ecologia e a proteção da espécie ameaçada de extinção<sup>1</sup>. Outra defende a manutenção da exploração, face aos benefícios econômico-sociais proporcionados à população local e tendo em vista oferta adicional de alimentos em favor da comunidade nordestina de baixa renda<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup>O estoque de baleia "minke" explorado no Brasil está classificado na categoria de estoque em fase inicial de exploração. No ano de 1978, do estoque estimado, no hemisfério sul, de 109.675 baleias da espécie "minke", a CIB limitou sua captura em apenas 6.221 indivíduos, portanto em pouco menos de 5,67% da população total estimada, razão pela qual não sabemos como, quando e porque esse movimento visando à preservação das baleias foi transferido para essa espécie, que não corre qualquer perigo de extinção, como está cientificamente provado. (Resenha extraída de uma exposição de motivos feita pela empresa encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado, em 19 de setembro de 1978).

<sup>2</sup>Ao Brasil coube, este ano, cota maior de 755 baleias, cota que seria transferida para outros países, como serão as futuras, com a proibição unilateral da pesca, medida que é sob todos os aspectos, prejudicial aos interesses nacionais. (Ver documento supra citado).

Nos propomos a analisar a matéria sob o ponto de vista dos benefícios criados, decorrente do problema encontrar-se mais diretamente ligado à economia paraibana e, por outro lado, termos verificado que a atividade de captura e transformação da baleia funcionar junto a uma comunidade reconhecidamente necessitada de oportunidade de trabalho.

Conforme procuramos mostrar através de uma tentativa de diagnóstico realizado, o município se apresenta limitado no que diz respeito a implementação de outras atividades que possam, a curto ou mesmo a médio prazo, oferecer condições de absorção da mão-de-obra passível de ser liberada caso ocorra a suspensão da captura dos cetáceos na Paraíba. Por outro lado, ainda, verificamos a importância que exerce a atividade no município, a qual, além da oferta de empregos, funciona como a principal fonte de receita para o Estado, particularmente, o ICM, cujo montante arrecadado reflete positivamente nos ingressos municipais<sup>3</sup>.

No Brasil, o único Estado que realiza a pesca é a Paraíba, precisamente na praia de Costinha, município de Lucena, à margem esquerda do estuário do Rio Paraíba.

No período de 1975 a 1978, foram capturadas 3.627 unidades, registrando uma produção de matéria-prima na ordem de 21.861 toneladas. Os produtos gerados são constituídos de

---

<sup>3</sup>Do total do ICM arrecadado pelo Estado no município, 20% se destina ao governo municipal, sendo o restante apropriado pelo governo estadual. Ver Constituição Federal, art. 23, § 8º.

Óleo, carne de charque, carne de sol, carne verde, toucinho, farinha de osso, carnarina e carne congelada, além de alguns sub-produtos utilizados em trabalhos artesanais. Desses produtos, o toucinho e a carne congelada, quase que totalmente são exportados para o Japão, enquanto os demais são consumidos no mercado brasileiro. A exploração é realizada apenas por uma empresa, caracterizando assim um monopólio da atividade. O capital social da unidade importa, atualmente, em Cr\$ 30 milhões, sendo que 60% pertencem a brasileiros e 40% compreende a participação de japoneses.

A importância da atividade baleeira no litoral paraibano reveste-se de características econômico-sociais bem delimitadas, o que pode ser confirmado pelas inúmeras declarações e/ou manifestações de pessoas e órgãos ligados aos subsistemas sociais Governo/empresa/comunidade, direta ou indiretamente envolvidos na atividade.

A SUDEPE considera que,

"(...) A paralização da caça da baleia é, pois, lesiva aos interesses do país, pois subtrairia parcela de oferta de alimento protéico de baixo custo em relação a congêneres para a população de baixo poder aquisitivo, como é o caso do Nordeste, onde se encontra seu maior consumo. Além disso, particularmente, com relação ao município paraibano de **Costinha** - o grifo é nosso - onde se localiza a indústria que beneficia a baleia, empregando 330 operários, a medida teria caráter prejudicial pelo desemprego e não geração de riquezas no município..."<sup>4</sup>

Para se ter uma idéia da contribuição da pesca da baleia

<sup>4</sup>SUDEPE, Telex Circular, de 02.05.78.

leia no atendimento das necessidades alimentares da população de baixa renda, em particular daquela nordestina, verificamos que, do total da produção destinada ao mercado interno brasileiro, 63,3% é consumida pela população regional e 34,2%, pela população da Paraíba. Desta forma, um pouco mais de 1/3 da produção é consumida no mercado local e quase 2/3, no regional. Considerando-se a produção total observada no período 1975/78, e sua destinação entre mercado interno versus externo, ao primeiro correspondeu 88,4% da produção, cabendo os restantes 11,6% ao segundo. Assim, em torno de 12% da produção total foi exportada (principalmente sob a forma de toucinho e carne congelada), consumindo-se 88% internamente.

Quanto à geração de empregos, a empresa instalada no município emprega, diretamente, 331 pessoas, que mantêm como dependentes outras 978 pessoas. Ao todo, os benefícios diretos e indiretos da atividade baleeira, atingem, num exame preliminar, 1.308 pessoas, que comparando-se com a população total do município representam 22,5%. Em outros termos, mais de 1/5 da população do município depende, direta ou indiretamente, da pesca da baleia e de seu beneficiamento. Se se considera as pessoas, envolvidas com os processos de transporte e comercialização do produto, nos limites do município e mesmo extralimites, esse número elevar-se-á consideravelmente.<sup>5</sup>

Como se observa, portanto, a atividade baleeira no litoral paraibano assume papel sócio-econômico, o que tem levado a

---

<sup>5</sup> Segundo o Sindicato dos Trabalhadores na indústria de pesca e extração do óleo de baleia, estima-se em cerca de 5.000 pessoas, o número de dependentes da atividade de captura, processamento, industrialização e comercialização.



SUDEPE como instituição oficial que controla as atividades pesqueiras no país, a estabelecer políticas para a atuação de empresas no setor.

"... a autorização da SUDEPE para uma empresa explorar baleias no território nacional está condicionada ao atendimento de interesses nacionais, (...) no campo sócio-econômico, em termos, entre outros, de elevação da oferta de alimento, emprego e geração de rendas (...)."<sup>6</sup>

"... Em termos de expressão econômica em relação à atividade pesqueira do país... a caça à baleia é superior à produção de alguns Estados nordestinos ... A contribuição da empresa para a economia do Estado da Paraíba é de alguma significação. Para o município de Costinha, a operação da empresa é de vital importância, tanto econômica como social..."<sup>7</sup>

Do ponto de vista econômico pela geração de rendas (arrecadação estadual, federal e municipal de tributos, em especial, o ICM e IPI); do ponto de vista social, pela oferta de emprego para a população e de alimento adicional a preço inferior ao de similares. Sob o aspecto alimentar,

"...três toneladas de carne de uma baleia equivale a 15 bois abatidos, pois em média cada boi produz 200 quilos de carne. Por isso, as mil baleias capturadas no ano passado, por exemplo, permitiram ruzir em 15.000 cabeças o abate de boi ..."<sup>8</sup>

Considerando-se o número de baleias capturadas no período de 1975/78, que somou 3.627 unidades, a oferta de alimentos daí decorrente foi equivalente ao abate de 54.405 bois, ou se

<sup>6</sup> SUDEPE, *Exploração de Baleias por Nacionais-I*, agosto, 1977, p. 1.

<sup>7</sup> *Idem*, op. cit. II, 1977, p. 16.

<sup>8</sup> *Globo Repórter*, de 02.09.78.

ja, cerca de 10.881 toneladas de carne. Assim, "...é conhecida a contribuição da pesca da baleia para a economia paraibana e para o abastecimento do Nordeste, nesta época em que a carne bovina vai se tornando cada vez mais artigo de luxo ..."<sup>9</sup>.

Ante a perspectiva de suspensão da pesca da baleia, (...) na praia de Costinha, os moradores se mostram abalados com um possível fechamento da indústria de beneficiamento da carne de baleia, em Lucena, "...quantas famílias passariam necessidades, pois seus chefes não têm onde trabalhar..."<sup>10</sup>

A partir do exposto, a indústria estabeleceu relações com a comunidade que a cerca, produzindo influências as mais diversas. A possibilidade de ocorrência da interrupção da atividade preocupa, como se mostrou, o povo da comunidade em geral, o que traduz o relacionamento e as atitudes da comunidade diante do problema. Para um município de poucas possibilidades quanto a criação de oportunidades de empregos, poderá ocorrer, de fato, sérias dificuldades com as famílias engajadas na atividade, pois de imediato torna-se difícil a alocação da mão-de-obra dispensada em outras formas de trabalho. Por outro lado, com a suspensão da pesca e caracterizado o desemprego, a geração de rendas será profundamente atingida, o que afetará outros setores da comunidade, que sofrerão pesadamente com a regressão no processo de geração de rendas. O setor comercial, sem dúvida, será um dos mais atingidos, face ao desaparecimento de parcela

---

<sup>9</sup> Editorial de O NORTE, de 02.09.78.

<sup>10</sup> O NORTE, de 11.12.78.

importante da renda que circulava junto a parte considerável da população. Daí, o apoio decisivo da comunidade na manutenção da atividade baleeira.

"(...) A Pesca da Baleia, atualmente, vem sendo desenvolvida sob rigoroso controle internacional, baseados em estudos e conclusões de renomados cientistas que integram o Comitê Científico da Comissão Internacional da Caça da Baleia, órgão do qual o Brasil é membro e que tem como objetivo, dentre outros, estabelecer as cotas de captura para os países pesqueiros compatíveis com a renovação e manutenção dos estoques existentes no mundo (...)"<sup>11</sup>

As atitudes de alguns grupos que defendem a suspensão da pesca do cetáceo no litoral paraibano, dentro de uma filosofia puramente conservacionista, com vistas à manutenção do equilíbrio ecológico dos oceanos, não atentam para o fato que,

"... se elas não forem capturadas na costa dos três países<sup>12</sup>, nada impede a sua captura na região Antártida, onde se processam os abates mais substanciais dessas espécies, por frotas japonesas e soviéticas".<sup>13</sup>

Atenta-se para o fato de que a pesca da baleia em escala internacional é regulada pelas decisões do Comitê Científico da CIB,<sup>14</sup> que reúne entre outros países, URSS, Japão, Brasil, EUA, etc, a suspensão pura e simples desta atividade no litoral brasileiro beneficia economicamente os interesses dos demais países membros. Considerando-se que a quantidade a ser capturada anualmente é fixada pela CIB, que estabelece a cota

<sup>11</sup> Nota de esclarecimento da COPESEBRA, em O NORTE, de 31.12.78.

<sup>12</sup> Brasil, Argentina e Uruguai.

<sup>13</sup> SUDEPE, *Exploração de Baleias por Nacionais-I*, agosto, 1977, p.13.

<sup>14</sup> Comissão Internacional da Baleia - sede em Londres.

a ser destinada a cada país membro, no caso de uma eventual suspensão, desde que unilateral, a cota destinada ao país que a toma, deverá ser, proporcionalmente redistribuída entre os demais. Como não existe consenso em escala mundial para a paralização da pesca e como a cota que se destina ao Brasil é inexpressiva,<sup>15</sup> face ao total mundial, o que importa é assegurar a exploração da atividade, em especial pelos efeitos sócio-econômicos que acarreta à comunidade onde se localiza.

É sobre este aspecto, que passaremos a concentrar nossa análise, procurando dar suporte aos benefícios econômico-sociais da atividade baleeira no litoral paraibano, em particular, no município de Lucena.

### 1.1 -- O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

O município de Lucena é um dos menores dos 171 que compõem o Estado da Paraíba. Está no 138º lugar em extensão territorial que é de apenas 83 km<sup>2</sup>. Sua atividade agrícola é de expressão muito reduzida no contexto da economia rural paraibana. O sustento da população é complementada através da pesca, assim mesmo em nível predominantemente artesanal. Embora próximo dos centros urbanos como João Pessoa, Cabedelo, Santa Rita e Bayeux, a economia do município se distingue pelo seu caráter frágil, de extrema pobreza.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> 1976=3,3% e 1977=6,6% (Ver posição detalhada às pp 75 do presente trabalho).

<sup>16</sup> Ver pesquisa desenvolvida pela SUCAM p.56-deste estudo.

Na atividade da pesca, a maioria dos pescadores não tem a propriedade dos instrumentos de trabalho e sua participação na captura está condicionada ao empréstimo desses equipamentos. O proprietário faz esse empréstimo mediante participação no produto, tomando para si quinhão considerável da produção realizada.<sup>17</sup>

Essa atividade, subtraída a parte destinada à subsistência, gerou em 1976 um valor bruto de Cr\$ 529,2 mil. Cresceu ligeiramente no ano de 1977 para Cr\$ 596,7 mil; e, já em 1978 aumentou para Cr\$ 1.100,0 mil. Este crescimento ocorreu mais em função do aumento dos preços dos pescados do que mesmo do crescimento da quantidade capturada, pois nesse período o pescado da área evoluiu de 50,7 para 58,8 e 63,5 toneladas, aumentando em 25,0%, entre 1976/78. No mesmo período o preço médio da tonelada de pescado passou de Cr\$ 10,44 mil, para Cr\$ 17,32 mil, crescendo 66%. Esta situação pode ser observada nos dados apresentados na tabela 1.

TABELA 1  
PRODUÇÃO DE PESCADO NO MUNICÍPIO DE LUCENA  
1976/78

(Cr\$ 1.000 de 1977)

A N O	P E S C A D O			
	Quantidade (t)	Índice	VALOR	Índice
1976	50,7	100	529,2	100
1977	58,8	116	596,7	113
1978	63,5	125	1.100,0	208
TOTAL	173,0	-	2.225,9	-

FONTE: SUDEPE/PDP-Pb.

<sup>17</sup> Descrição mais detalhada, ver Estudo Sócio-Econômico do Estuário do Rio Paraíba, cujo diagnóstico preliminar foi realizado pelo NDIHR, da UFPB, março, 1978, no prelo.

Em relação ao litoral paraibano, o município de Lucena, contribuiu com 3,3% em 1976, declinou para 3,0% em 1977 e, aumentou ligeiramente, para 3,8% em 1978. (Tabela 2).

TABELA 2  
PRODUÇÃO CONTROLADA DE PESCADO NO LITORAL PARAIBANO  
1976/78

A N O	P R O D U Ç Ã O		Em (t)
	NO ESTADO	MUNICÍPIO DE LUCENA	PARTICIPAÇÃO % (b/a)
	(a)	(b)	
1976	1.548,8	50,7	3,3
1977	1.959,1	58,8	3,0
1978	1.670,6	63,5	3,8
TOTAL	5.178,5	173,0	3,3

FONTE: SUDEPE/PDP-Pb.

Inserido nesse contexto, existe em funcionamento a Companhia de Pesca Norte do Brasil, empresa legalmente autorizada a operar na captura de baleias, conforme já se deu notícia na introdução deste estudo.

Essa unidade exerce um papel de certo modo importante no que se refere à geração de receita para o Estado e na oferta de empregos à região.

O faturamento anual dessa empresa alcançou em 1975 Cr\$ 31,49 milhões, em 1976 Cr\$ 36,60 milhões, em 1977 Cr\$ 31,44 milhões e, em 1978 cresceu para Cr\$ 50,45 milhões.

A contribuição fiscal para o Estado da Paraíba é significativa, haja visto que, no período de 1975 a 1978, a empresa recolheu só de ICM Cr\$ 10,51 milhões, representando cerca de

90% do total arrecadado pelo Estado no município. Aos cofres municipais, de 1975 a 1978, a empresa recolheu Cr\$ 69,2 mil.\* Ao governo federal, a contribuição foi, no período de 1975/78, de Cr\$ 7,04 milhões.

Por outro lado, enquanto recolhia Cr\$ 17,62 milhões aos cofres públicos, particularmente ao Estado e ao Governo Federal, a companhia recebia, como incentivos de imposto de renda e ICM, a importância de Cr\$ 9,10 milhões.<sup>18</sup>

No período normal de atividade - julho/dezembro - a empresa emprega cerca de 331 pessoas, declinando para 100 pessoas aproximadamente no primeiro semestre de cada ano. O número de dependentes dessa mão-de-obra ocupada chega a 978. Isto durante o processo das capturas, reduzindo para 300 na época de entressafra.<sup>19</sup>

Do total dos empregados, segundo a empresa, 80% são residentes na área. Para fixar parte dessa mão-de-obra nas proximidades da indústria e como uma das formas de ajuda, conforme alguns operários foram claros em afirmar, a empresa dispõe de algumas unidades residenciais recebendo um aluguel simbólico que varia de Cr\$ 45,00 a Cr\$ 95,00 mensais por casa alugada, cujas diferenças de valores decorrem da qualidade da habitação fornecida.

---

\* Dados da Prefeitura Municipal e COPESBRA.

<sup>18</sup> Ver a parte de incentivos federais - imposto de renda e estaduais - ICM sendo Cr\$ 3,9 milhões recebidos do Estado e Cr\$ 5,2 milhões do Governo Federal.

<sup>19</sup> Observa-se que a relação emprego direto/emprego indireto é de 1:3.

A folha de pagamento mensal da empresa gira em torno de Cr\$ 1,23 milhões (em Cr\$ de 1978), no período de pico das atividades, enquanto a estrutura salarial parte de um mínimo de Cr\$ 800,00 ao máximo de Cr\$ 64.000,00, sendo este o salário do atirador, considerado um especialista de alto nível.<sup>20</sup>

Em termos de repercussão econômica, favorecendo inclusive aos cofres públicos, considera-se de grande importância a presença da atividade na Paraíba. No campo sócio-econômico, a comunidade local se beneficia da elevação da oferta de alimentos, da geração de empregos e renda. Neste sentido, inclusive, as relações entre a empresa e comunidade se dão nas mais variadas formas, quer através da oferta de auxílios diretos à população empregada quer através de seus efeitos sócio-econômicos na comunidade. Além da ajuda que atribui à população sob a forma de habitação e/ou local para permanência, a empresa oferece educação aos filhos de seus empregados, em particular nos níveis iniciais do estudo.

Em vista do exposto, as repercussões sócio-econômicas são abrangentes e dão uma relativa estabilidade ao bem-estar econômico da comunidade, aqui tomado evidentemente, em seus aspectos relativos, dentro do nível de expectativas da comunidade.

Quanto a matéria prima, a empresa dispõe em quantidade suficiente para o seu funcionamento, pois a natureza e o gover

---

<sup>20</sup> Considerando-se que o S.M. em 1978, era de Cr\$ 1.111,20, a estrutura de salários da empresa, compreende um espectro que vai de 0,72 SM a 57,6 S.M.



no se encarregam de oferecê-la,<sup>21</sup> ficando a companhia com os en cargos da capturação e processamento. O governo contribui, con forme ficou patenteado anteriormente, com recursos, de certo modo significativos, através dos incentivos que lhe são conce didos para efeito de melhoria e expansão das atividades.

...

---

<sup>21</sup> A SUDEPE, fixa uma taxa anual, segundo o que estabelece o Dec. Lei nº 221/67. Este instrumento legal assim expressa no Art. 92, parágrafo uni co: O registro ... das indústrias que se dediquem à transformação e co mercialização do pescado... uma taxa anual correspondente a um S.M. men sal vigente na Capital da República.

## 2. OBJETIVOS

## 2. OBJETIVOS

### 2.1 - OBJETIVO GERAL

Verificar, a nível local, a influência que terá a sus pensão e/ou extinção da pesca da baleia procurando analisar as repercussões econômico-sociais de tal medida junto à comunida de lucenense.

### 2.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar o impacto que sofrerá a população luce nense caso ocorra a suspensão e/ou extinção da pesca da baleia na Paraíba;
- b) verificar o impacto que sofrerá a receita estadual e municipal no caso de paralização dessa atividade;
- c) avaliar a importância da pesca da baleia quanto a oferta de alimentos, emprego e renda no município de Lucena; e
- d) identificar as principais características sócio-eco nômicas do município e sua dependência da atividade baleeira.

### 3. METODOLOGIA

### 3. METODOLOGIA

A maior dificuldade encontrada para elaboração de um trabalho desta natureza diz respeito a descoberta de um método que pudesse melhor orientar e guiar a pesquisa, particularmente na Paraíba. É claro que tal afirmativa não implica numa negação total para outros estudos, por ventura produzidos, em outras áreas do país.

No entanto, o estudo empreendido exigiu, inicialmente uma tomada de contato com a realidade de nosso interesse. Numa segunda etapa produzimos duas monografias para efeito de atendimento de cadeiras específicas do curso como Método e Técnicas de Pesquisa<sup>22</sup> e Comercialização<sup>23</sup>, oportunidade em que observamos com certo grau de profundidade a influência da atividade de captura no que se refere a oferta de empregos para a população local e uma outra relacionada com a matéria-prima e mercado dos produtos gerados da baleia, sendo que este último documento nos permitiu examinar mais detalhadamente a potencialidade econômica do empreendimento baleeiro na Paraíba, cujos

---

<sup>22</sup> CAVALCANTE, Antonio et alli - A Influência da Pesca da Baleia, no nível de emprego no Município de Lucena - Pb, nov. 1978.

<sup>23</sup> CAVALCANTE, Antonio Filho - A Pesca da Baleia na Paraíba, Matéria-Prima e Mercado, dez., 1978.

trabalhos concorreram substancialmente para ampliação e definição no desenvolvimento do presente.

Dentro deste objetivo, e encaminhamento teórico que seguimos foi no sentido de estabelecer as inter-relações entre a indústria<sup>24</sup> e outros subsistemas da sociedade, principalmente a Sociedade e o Estado.

O sistema social global compreende os subsistemas familiar, governamental, educacional, de estratificação e outros, os quais se ligam, de maneiras mais variadas com o subsistema econômico. A sociologia industrial, interessa a maneira como esse relacionamento se desenvolve a partir da aplicação dos métodos e modelos da Sociologia à análise das organizações de trabalho e dos papéis profissionais.<sup>25</sup>

O tema Empresa/Comunidade/Estado, pode ser assim abordado sob o aspecto da interação entre as áreas específicas de cada subsistema social, no sentido de emoldurar o enquadramento particular do relacionamento entre uma empresa e a comunidade. As consequências da empresa para a comunidade e as repercussões econômico-sociais de suas atividades, podem, desta forma ser abordadas dentro de uma sistematização funcional-estrutural.

A indústria, enquanto organização e instituição social situada no interior da matriz social de uma comunidade, exerce

---

<sup>24</sup> O tema "Empresa/Comunidade/Estado" é objeto de estudo da Sociologia Industrial, que trata da maneira pela qual os subsistemas econômicos se relacionam com outros subsistemas sociais. Ver a respeito S.R. PARKER e outros, Sociologia da Indústria, p. 16.

<sup>25</sup> S.R. Parker e outros, op. cit. p.18.

profundo efeito sobre ela, servindo-lhe e dela retirando os meios para sua sobrevivência. Neste sentido, particular, tanto a empresa quanto a comunidade se relacionam e se influenciam mutuamente através de mecanismos e formas as mais variadas, desde os mais simples até os mais complexos. A extensão em que cada lado se acomoda, ou se amolda, ao outro é uma função das relações sociais de poder e força existente entre eles. As relações de produção, assim, definem o quadro dentro do qual se processam as relações de trabalho específicas e determinam as relações entre a empresa e o sistema social, permitindo-lhe uma estruturação e a partir daí, uma análise sistemática.

Sob o aspecto histórico, observamos que a pesca da baleia realiza-se no litoral paraibano desde o início do século. A partir deste dado, é razoável supor que a comunidade lucenense tenha se estabelecido a partir da organização da atividade da pesca e beneficiamento do cetáceo, que desta maneira exerceu efeito polarizador no surgimento e crescimento do assentamento populacional que hoje se observa. As atividades da pesca da baleia, desta forma, organizaram o espaço circunvizinho e as relações de produção e de trabalho que se examina na comunidade. A regularidade das relações empresa/comunidade, permitiu a estabilização de conceitos sobre a hierarquia informal dos empregados entre os assalariados, com o que, consolidou-se uma estrutura salarial "adequada" aos padrões de vida e as expectativas e interesses comunitários. Atualmente, em que pese a forte assimetria da distribuição salarial da empresa, a escala de salários concentra-se na faixa do salário mínimo local,

que "beneficia" mais de 3/4 dos empregados da empresa.<sup>26</sup>

Desta forma, os efeitos introduzidos na sociedade pela indústria, podem ser considerados sob os aspectos os mais diversos, dos valores dos efeitos físicos sobre a comunidade e das ações deliberadas dos grupos de interesse para influenciar a sociedade. Dentro, porém, dos objetivos do presente estudo, interessa-nos as repercussões econômico-sociais que a pesca da baleia exerce no município de Lucena.

A indústria, realmente, devolve à sociedade pessoas cujas personalidades, refletem suas experiências no trabalho. Os valores adequados ao desenvolvimento e a manutenção das relações de produção capitalistas são progressivamente ajustados e o resultado é a concordância generalizada para que as pessoas aceitem, em geral, suas posições dentro da estrutura industrial e da sociedade em geral.

Quanto aos efeitos físicos que a indústria exerce sobre a comunidade em que opera, os ciclos de negócios da empresa determinam a prosperidade ou declínio da vida comunitária. No caso específico da comunidade de Lucena, observamos uma deliberação no sentido de defender a manutenção da pesca da baleia pela empresa, com o que se asseguram o bem-estar econômico-social da sociedade, mesmo dentro dos limites relativos da sua existência.

---

<sup>26</sup> Apesar de termos presente a insuficiência do valor do salário mínimo do país, em atender as necessidades básicas de reprodução da força-de-trabalho, pela artificialidade com que é manipulado, considerando-se os padrões vigentes, antes o salário-mínimo ao desemprego aberto e declarado.



Através dos tipos de relações empresa/comunidade se podem analisar as influências mútuas entre os grupos de interesse econômico e a comunidade. No caso particular de Lucena, dentro de uma tipologia empreendida por diversos autores para referir-se a essas relações, o tipo dominado pela empresa parece caracterizar o relacionamento.<sup>27</sup> Aqui, a participação do Sindicato dos Trabalhadores<sup>28</sup> no sentido de elaborar juntamente com a administração, as condições de trabalho e outros problemas relativos ao relacionamento referido, é mediado pela autoridade administrativa, e pelo excesso relativo de mão-de-obra disponível.<sup>29</sup>

Pela inexistência de outras atividades, ligadas ao beneficiamento e/ou elaboração de matéria-prima local e capaz de gerar um número significativo de empregos, a comunidade é levada a ver a empresa como origem de satisfação comunitária, não observada em outras atividades locais.<sup>30</sup>

Uma vez abordada a problemática e apresentado o quadro geral das relações entre a empresa e a comunidade lucenense podemos caracterizá-las particularmente. A comunidade, em sua maior parte, depende da indústria, notadamente no sentido de garantia de parcela de emprego e da criação de rendas. Por outro lado, a empresa, demanda, da comunidade local, um suprimen

---

<sup>27</sup> Ver a respeito S.R. Parker, *op. cit.*, p.73.

<sup>28</sup> Sindicato dos Trabalhadores na indústria de Pesca e Extração de Óleo de Baleia, com sede em Costinha, município de Lucena.

<sup>29</sup> A participação de mão-de-obra não qualificada é elevada, dentro da estrutura de emprego da empresa.

<sup>30</sup> Sobre os tipos de abordagem Comunidade/Indústria, ver a tipologia de Form e Miller, referida em S.R. Parker, *op. cit.* p.74.

to adequado de mão-de-obra, estabelece um mercado, ainda que pequeno em dimensão, para alguns de seus produtos e utiliza alguns serviços disponíveis, por ventura existentes na localidade. Desta forma, eventuais mudanças na política da empresa e/ou no seu relacionamento com a comunidade produzem efeitos variados e de proporções significativas para a população. Em particular, considerando-se que parcela expressiva da população de baixa renda, da Paraíba e do Nordeste em geral, dependem da exploração baleeira como fonte de alimentação, a paralização dessa atividade traria repercussões profundas no quadro sócio-econômico do município, pelo menos, a curto e médio prazos.

Com a finalidade de estabelecer um equilíbrio normativo entre os interesses privados e aqueles sociais, o governo empreende a regulamentação da atividade industrial, promovendo sua manutenção. Os controles que, então estabelece, se dão via política industrial, política de incentivos e subsídios, política tributária, etc. O papel do governo é assim, abrangente e sob certos aspectos concorre para a manutenção da estabilidade social e econômica e na obtenção de equilíbrio compatível entre interesses econômicos privados e outros interesses sociais. Particularmente, a atividade pesqueira se beneficia de uma linha de incentivos e subsídios, criado em escala nacional para dar apoio à pesca. Na Paraíba, uma vez organizada a exploração baleeira como atividade industrial, esta se beneficia dessas linhas de crédito específico.<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Ver a respeito o Decreto-Lei nº 221/67, que concede incentivos à atividade de pesqueira nacional. Ao mesmo tempo, a política de incentivos fiscais do Estado da Paraíba, através do Decreto nº 7.316, de 14.07.1977, beneficia a empresa, através da devolução de parte do ICM recolhido, desde que, para tal fim requiera a concessão destes incentivos e obtenha seu deferimento.

O material pesquisado não abrange totalmente a empresa capturadora nem tampouco todas as informações que poderiam ser reunidas na área, vez que nosso objetivo maior era encontrar a essência do problema e tentar dar respostas às hipóteses levantadas. Nos preocupamos, contudo, com aqueles elementos ou variáveis que fossem susceptíveis de avaliação e que nos conduzissem a um conhecimento mais amplo das condições gerais do município e, a partir da realidade diagnosticada analisar a influência da atividade baleeira no contexto da economia lucenense. Para atendimento de tal desiderato, orientamos a pesquisa obedecendo dois segmentos. No primeiro, realizamos uma tentativa de diagnóstico levando em conta a delimitação da área de estudo sobre o qual enfocamos os principais aspectos econômico-sociais do município, principalmente no que se refere a distribuição da população pelas suas localidades, principais atividades agrícolas, tipo de pesca desenvolvida por parte dos habitantes, forma de ocupação da mão-de-obra, níveis salariais, condições de saúde, distribuição dos estabelecimentos agrícolas e, entre outros elementos, o poder de captação de recursos que conta o município para gerir a coisa pública. Já no segundo segmento, a preocupação maior foi analisar os aspectos possíveis da atividade baleeira e suas repercussões sócio-econômicas no município de Lucena.

Por se tratar de um município geograficamente pequeno comparado com outros que integram o Estado da Paraíba, os dados colhidos e estudados, nos permitem afirmar que os mesmos foram suficientes para demonstrar as condições de fragilidade econômica da área e caracterizar a repercussão do empreendimento

to baleeiro no conjunto da economia local.

### 3.1 - FONTE DOS DADOS

Para consecução do presente trabalho, utilizamos dados secundários, os quais foram coletados, basicamente, em publicações disponíveis nas seguintes instituições: Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, Secretaria de Finanças do Estado, Delegacia da Receita Federal, Prefeitura Municipal de Lucena, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Núcleo de Assistência Industrial, Fundação do Serviço de Saúde Pública, Instituto de Colonização e Reforma Agrária, Tribunal de Contas do Estado e Companhia de Pesca Norte do Brasil.

Além das fontes supra mencionadas, recorreremos a diversos artigos publicados em jornais e revistas que se preocupam com a matéria, bem como nos trabalhos que foram anteriormente desenvolvidos sobre o assunto, entre outros "*A Pesca da Baleia na Paraíba, Matéria Prima e Mercado*"<sup>32</sup> e "*A Influência da Pesca da Baleia no Nível de Emprego no Município de Lucena*".<sup>33</sup>

Com relação as tabelas apresentadas ao longo do trabalho, tiveram seus valores nominais, estes obtidos nas fontes referidas acima, deflacionados pelo índice econômico-retrospec

---

<sup>32</sup> CAVALCANTE FILHO, Antonio. *A Pesca da Baleia na Paraíba, Matéria Prima e Mercado*, op. cit.

<sup>33</sup> CAVALCANTE FILHO, Antonio et alli. *A Influência da Pesca da Baleia, no Nível de Emprego no Município de Lucena*, op. cit.

to na nova base, disponibilidade interna, da Fundação Getúlio Vargas. Os deflatores tomaram 1977, como ano base, conforme a base mais recente adotada pela F.G.V.<sup>34</sup>

### 3.2 - HIPÓTESES DE TRABALHO

a) O encerramento das atividades de pesca da baleia na Paraíba, geraria, a curto prazo, problemas sociais graves para a população do município, particularmente no que diz respeito a produção de receitas em favor dos cofres municipais, diminuição do nível de emprego e redução da oferta de alimentos.

b) O governo tendo à sua disposição uma série de artifícios fiscais que podem ser acionados, concede incentivos à empresa capturadora que assegura os seus resultados econômicos e repercute sócio-economicamente no município.

...

---

<sup>34</sup> Conforme dados do índice econômico, retrospecto na nova base, disponibilidade interna, coluna 2, publicada em suplemento especial da Conjuntura Econômica, V. 33, 11, p.10. Os deflatores utilizados foram os seguintes: 1975 = 49,6333; 1976 = 70,1003; 1977 = 100,0 e 1978 = 138,7.

#### 4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

## 4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

### 4.1 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

O município de Lucena encontra-se localizado na micro-região do litoral paraibano, limitando-se com os municípios de Rio Tinto, Santa Rita e o Oceano Atlântico<sup>35</sup>, distando 65 km do primeiro e 36 do segundo, respectivamente. A sua costa é banhada pelo Oceano Atlântico. Segundo consta nos registros,<sup>36</sup> sobre as divisões administrativas do Brasil, verifica-se que de 1937 a dezembro de 1961 era distrito de Santa Rita. Sua emancipação se realizou em 22 de dezembro de 1961 com base na Lei nº 2.654, do mesmo ano.

Lucena apresenta uma extensão territorial de apenas 83 km<sup>2</sup>. Tal área classifica o município no 138º lugar, no que diz respeito ao seu tamanho em relação aos demais municípios paraibanos. Seu clima é típico das zonas quentes e úmidas do litoral, com temperaturas que oscilam de 25 a 26°C. Quanto à sua bacia hidrográfica, esta é composta dos rios Miriri, Paraíba e Vale do Mamanguape, destacando-se também os riachos Araçã e Camaçari, bem como a Lagoa dos Homens.

---

<sup>35</sup> Ver mapa no bloco de anexos.

<sup>36</sup> Enciclopédia dos Municípios, 1976.

## 4.2 - POPULAÇÃO

De acordo com os dados do Centro Brasileiro de Estudos Demográficos, a população do município era de 5.467 habitantes, no ano de 1976. Pelos dados do Censo de 1970, essa população era de 4.750 habitantes, sendo que 702 pessoas se encontravam na área urbana e 4.055 na zona rural. Ainda de acordo com a primeira fonte, a distribuição da população apresentava o seguinte quadro, em 1976: o contingente da zona rural representava aproximadamente 86%, enquanto na área urbana viviam os 14% restantes.

Segundo levantamento procedido pela SUCAM<sup>37</sup>, no ano de 1978, em diagnóstico levado a efeito para implementação de programa de combate a doenças parasitárias na região<sup>38</sup>, a situação real da população é de 5.801 pessoas, cuja distribuição apresenta-se da forma que segue:

---

<sup>37</sup> Superintendência de Campanhas de Saúde Pública/Min. da Saúde.

<sup>38</sup> Esquistossomose, calazar e malária.



TABELA 3  
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO POR LOCALIDADE  
1978

LOCALIDADES	CATEGORIA	Nº DE CASAS HABS.	POPULAÇÃO	MÉDIA DA POPULAÇÃO P/UNIDADE HABITACIONAL
.Lucena	Sede	374	1.160	3,10
.Ponta de Lucena	Povoado	98	300	3,06
.Gameleira	"	106	331	3,12
.Fagundes	"	354	1.262	3,56
.Costinha	"	110	480	4,36
.Ponta de Santo Antonio	Sítio	61	285	4,67
.Vieira	"	18	49	2,72
.Marco João	"	40	108	2,70
.Jardim	"	26	91	3,50
.Oiteiro da Cruz	"	6	19	3,16
.Ilha	"	3	5	1,66
.Camaçari	"	12	12	1,00
.Bonsucesso	"	34	101	2,97
.Jenipapo	"	46	190	4,13
.Jabapara	"	12	60	5,00
.Caboclo	"	21	55	2,61
.Geraldo	"	33	144	4,36
.Mata do Geraldo	"	4	11	2,75
.Nascença	"	42	136	3,23
.Babilônia	"	71	185	2,60
.Mangereba de Baixo	"	41	166	4,04
.Soé de Cima	"	42	137	3,26
.Soé de Baixo	"	30	92	3,06
.Soezinho	"	11	40	3,63
.Jordão	"	37	190	5,13
.Nossa Senhora da Guia	"	46	192	4,17
<b>T O T A L</b>	-	1.632	5.801	3,55

FONTE: SUCAM/João Pessoa-Pb.

Ao considerar urbana a população residente na sede do município, parecem coerentes os dados de 1976, tendo em vista que, apoiando-se no levantamento realizado pela SUCAM, para o ano de 1978, os mesmos revelam 1.160 habitantes na sede, correspondendo a 20%, enquanto que 4.641, ou sejam 80% do total da população, encontram-se distribuídos na zona rural, registrando dessa forma um crescimento demográfico, nos dois anos mencionados, na ordem de 0,9%.

#### 4.3- ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

De acordo com os dados disponíveis, as atividades econômicas mais importantes do município são a pesca da Baleia, a agricultura, a pesca artesanal e reduzidíssima atividade pecuária.

Quanto à baleia capturada, é industrializada na localidade de Costinha, exportando-se os diversos produtos gerados, parte para o mercado interno brasileiro e outra para o exterior<sup>39</sup>.

A agricultura figura com a produção de côco, mandioca e cana-de-açúcar. O côco, quase na sua totalidade, é exportado para São Paulo e outros estados brasileiros. Quanto à cana, toda a área plantada pertence a uma só usina, no caso a Sant'Ana, com instalações no vizinho município de Santa Rita. A pecuária, como já fez-se referência anteriormente, não tem expressão dian

---

<sup>39</sup>Ver maiores detalhes às pp. 93 - 99 do presente estudo.

te de outras atividades do município, pois, segundo opinião de vários membros da população, a expansão da fronteira de cana-de-açúcar verificada ultimamente tem reduzido a área dessa atividade, vez que o processo de criação permanece sendo extensivo.

Relativamente ao setor rural, que absorve uma boa parcela da mão-de-obra local, mesmo remunerando a preços inferiores ao salário mínimo (S.M. 1978 = Cr\$ 1.111,20), pois o valor da diária oscila entre Cr\$ 25,00/35,00, correspondendo a valores mensais de Cr\$ 550,00/770,00, a agricultura ocupa, segundo cadastramento do INCRA,<sup>40</sup> cerca de 2.600 pessoas,<sup>41</sup> que vivem como assalariados temporários dos proprietários das culturas de côco, cana-de-açúcar, mandioca e pequenas plantações existentes na área.

Segundo ainda a mesma fonte, existem no município 98 estabelecimentos agrícolas. Do total da área cultivada 1.508 hectares são destinados a plantação de côco; 956 ha com plantio de mandioca e 175 são ocupados com cana-de-açúcar. As demais áreas são utilizadas com culturas que complementam os meios de subsistência, além de fruteiras, principalmente mangueiras.

A estrutura da distribuição dos estabelecimentos supra mencionados, encontra-se detalhada a seguir.

---

<sup>40</sup> Levantamento feito na sede do INCRA, João Pessoa, fev. 1979.

<sup>41</sup> Inclui menores de idade, utilizados principalmente na cultura da cana e do côco.

TABELA 4  
DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO  
GRUPOS DE ÁREAS - POSIÇÃO 1978

GRUPO DE ÁREAS ha	Nº DE ESTABELECIMENTOS	PARTICIPAÇÃO %
De. 1 a 100	77	78,7
101 a 200	10	10,2
201 a 300	6	6,1
301 a 400	1	1,0
401 a 500	-	-
501 a 600	-	-
601 a 700	-	-
701 a 800	2	2,0
801 a 900	-	-
901 a 1.000	1	1,0
Com 2.892	1	1,0
T O T A L	98	100,0

FONTE: INCRA/J.Pessoa-Pb.

Os dados da tabela 4, apresentam a distribuição dos estabelecimentos agrícolas do município de Lucena, por grupos de áreas, em 1978. No grupo inicial, de 1 a 100 hectares de área, concentram-se 77 estabelecimentos do total geral de 98, perfazendo 79% deste. Os restantes que representam 21% do total, são aqueles situados a partir do segundo grupo de áreas - 101 ha e mais.

Apesar de não dispormos de informações sobre a área controlada pelos estabelecimentos agrícolas, com o que poderíamos avaliar a estrutura fundiária da área em estudo, em particular, para se detectar a elevada concentração fundiária, procedemos

indiretamente à investigação em causa. Com a finalidade de caracterizarmos a concentração fundiária, consideramos que a área municipal ocupada com propriedades rurais era de 7.802 hectares.<sup>42</sup>

A partir ainda dos elementos contidos na tabela 4, observamos que os 4 estabelecimentos situados nos grupos mais elevados da área total, chegam a concentrar algo em torno de 5.195 hectares.<sup>43</sup> Dito de outra maneira, 4 estabelecimentos rurais, correspondentes a cerca de 4% do número total de estabelecimentos<sup>1</sup> concentram cerca de 76,0% da área municipal rural.<sup>44</sup> Por outro lado, os 94 estabelecimentos restantes que correspondem a 96,0% do número total de estabelecimentos rurais, concentram 24,0% da área rural municipal estimada.

Considerando os dados apresentados e a estimativa que obtemos, indiretamente, da tabela 4, podemos referir à concentração fundiária, com o predomínio de elevado número de pequenas propriedades por um lado e do outro, de um pequeno número de grandes propriedades. Tal dicotomia é típica dos sistemas minifúndios versus latifúndios, presente, em toda a área rural nordestina, em particular e, no Brasil em geral.

<sup>42</sup> Para estimativa deste total, levamos em conta que cerca de 6% da área municipal total é ocupada pelas zonas urbanas, construções, estradas, vias de acesso, riachos, etc. Como a área do município de Lucena é de 83 km<sup>2</sup>, ou seja 8.300 ha, a área municipal ocupada com propriedades rurais é de 7.802 ha.

<sup>43</sup> Para a estimativa da área controlada por estes 4 estabelecimentos, levamos em conta o limite inferior dos grupos de área, como representativo da área dos estabelecimentos situados nos grupos de 701 — ha e 901 — 1.000 ha. Desta maneira, a área total controlada pelos 4 estabelecimentos pode ser assim avaliada:  $2 \times 701 + 1 \times 901 \text{ ha} + 2.892$  (Esta é a área do estabelecimento rural do último grupo de área) = 5.195 ha.

<sup>44</sup> Estamos considerando 7.802 ha, como a área municipal rural estimada.

Relativamente à pesca, atividade que ocupa uma grande parcela da população, vemos que, a curto prazo, as condições econômicas e tecnológicas dos pescadores artesanais impossibilitam a sua dinamização, tendo em vista que, de acordo com informações obtidas de pescadores e dados disponíveis da SUDEPE, ficou caracterizada a baixa produção desse tipo de pesca, principalmente em razão dos instrumentos rudimentares que utilizam e poucos são os que dispõem de condições para aquisição de equipamentos de pesca eficientes. Por outro lado, observamos que o desencorajamento para aquisição de outros que possam aumentar a produtividade decorre do receio de não poderem pagar as dívidas em tempo hábil, por não confiarem no aumento da captura, tendo em vista a inconstância no aparecimento de cardumes.<sup>45</sup>

Conforme podemos verificar ainda, quase a totalidade dos pescadores do município são pessoas reconhecidamente pobres e, por falta de condições econômicas propícias, utilizam métodos de trabalho ultrapassados, apresentando resistência quanto a mudanças ou inovações.<sup>46</sup> Em geral são céticos ou indiferentes a qualquer tipo de assistência e incentivos, que, às vezes, lhes são destinados, visando aumentar a eficiência do seu trabalho. Além do mais, o próprio processo de como se desenvolve sua atividade de trabalho e a forma de comercialização e partilha do resultado da pescaria, não oferecem condi

<sup>45</sup> Segundo a Colônia de Pescadores Z-5, em Lucena, são 622 sócios em toda aquela área, no entanto cerca de 320 são de residentes no município. São poucos os que dispõem de instrumentos de pesca.

<sup>46</sup> Ver a *Influência da Pesca da Baleia, no nível de Emprego no município de Lucena*, op. cit. p.9.

ções e perspectivas otimistas para melhorar essa atividade, caso não se realize uma intervenção por parte de um órgão responsável por esse setor, que procure modificar os hábitos e comportamentos dos pescadores.<sup>47</sup> Esse processo será transformado à medida que se ofereça treinamento para adoção de técnicas e de instrumentos mais eficientes, que lhes proporcionem pesca mais segura e abundante, e um sistema de comercialização adequado para que o aumento da produtividade seja, de fato, revertido em benefício da própria classe de pescadores.

#### 4.3.1 - Transporte e Comunicação

A interligação de Lucena com a capital do Estado e de mais municípios se realiza através de duas vias: rodoviária e marítima. Na primeira, o acesso é efetuado por uma estrada sob administração estadual — a PB-25 — a qual interliga a sede do município à BR-101. Sob administração municipal existem 18 estradas vicinais, perfazendo um total de 82,8 Km. O transporte rodoviário é realizado diariamente, com linhas de ônibus que se mantêm regulares para João Pessoa.

Quanto ao transporte marítimo, este é realizado por lanchas e barcos, que diariamente fazem o percurso de Costinha a Cabedelo e vice-versa. Conta o município com uma agência dos Correios e Telégrafos. O único serviço telefônico existente na área pertence à COPESBRA e, em caso de necessidade, os habitantes dele se utilizam. Está prevista a instalação de um sis

---

<sup>47</sup> Ver mercado de pescado da grande João Pessoa, publicado pela SUDENE/SEPLAN/NAI, 1976, J. Pessoa, p.98-101.

tema próprio a ser implantado com recursos da municipalidade, que permitirá, inclusive, ligações com outras regiões do país.

A energia elétrica é fornecida normalmente pela SAELPA, concessionária estadual da CHESF.

#### 4.3.2 - Educação

Com relação aos serviços educacionais, o município conta com um colégio, proporcionando apenas o ensino do primeiro grau, cujo funcionamento vem de 1976. Nesse estabelecimento encontram-se matriculados cerca de 300 alunos, com um corpo docente de 14 professores. Para os alunos que residem mais distantes, a Prefeitura oferece transporte para locomoção, principalmente para o alunado do turno noturno. Segundo dados da Prefeitura, o município mantém, além do colégio, 10 escolas com 23 professores e cerca de 500 alunos matriculados, distribuídos pela zona rural. Por sua vez, o Estado mantém um Grupo Escolar voltado também para o ensino do primeiro grau. Paralelamente, o Movimento Brasileiro de Alfabetização funciona com 5 postos instalados na área, visando a erradicação do analfabetismo.

#### 4.3.3 - A Saúde Pública Municipal

No que diz respeito à saúde pública, a assistência médico-hospitalar e dentária é prestada pelo FUNRURAL e por duas outras unidades de apoio, em Ponta de Lucena e outra em Costinha, assim mesmo, em dias alternados. Os casos mais graves são transportados para Cabedelo e João Pessoa. Na cidade ine



xiste farmácia ou drogaria. Como se vê, é precária a assistência médico-hospitalar no município.

O Ministério da Saúde, através da SUCAM, realizou uma pesquisa, no segundo semestre de 1977, mais precisamente no mês de setembro, a fim de medir a condição sanitária ambiental da população da sede do município, onde habitam 1.160 pessoas em 374 prédios. A pesquisa foi feita através de uma amostra de 198 famílias, por conseguinte, quase 53% dos habitantes, com a qual chegou a resultados alarmantes, no que diz respeito a doenças parasitárias existentes naquela área, chegando a revelar o índice de prevalência de 58%, representada principalmente pela esquistossomose, calazar e malária.

Os focos geradores de tal doença ainda não foram debelados, encontrando-se pois, a população submetida a ampliação com a permanência de duas lagoas e o famoso Rio Jardim, de onde muitas famílias tiram o seu meio de subsistência com a pesca de peixes e camarão. O combate tem sido sistemático por parte desse organismo federal em comum esforço com a Fundação dos Serviços da Saúde Pública, este através da implementação de um programa de saneamento básico que vem sendo desenvolvido naquela área, a partir de 1978, com instalações de lavanderias e privadas pré-moldadas, bem como a colocação de uma torneira d'água em cada casa, utilizando para isso poços artesianos. Todavia, nenhum órgão se preocupou, até o momento, na implantação de um programa de melhoria habitacional que, segundo os técnicos da SUCAM seria também importante na política de redução das doenças mencionadas.

Para efeito de constatação do elevado grau de prevalência das doenças parasitárias que predominam naquela área, a SUCAM realizou a pesquisa buscando vários tipos de informações junto à comunidade, principalmente aquelas relacionadas com as condições do saneamento básico, cujo resultado considera-se importante reproduzir neste estudo, a fim de que se possa avaliar o panorama sanitário da população lucenense.

TABELA 5  
SANEAMENTO BÁSICO

DESTINO DOS DEGETOS	FAMÍLIAS ENTREVISTADAS	
	Nº	%
Casas com fossas	28	14,1
Casas sem fossas	170	85,9
T O T A L	198	100,0

FONTE: SUCAM

TABELA 6  
FORMA DE UTILIZAÇÃO DO SANEAMENTO

UTILIZAÇÃO DE PRIVADA	FAMÍLIAS ENTREVISTADAS	
	Nº	%
Usam privada	27	13,6
Usam o mato	171	86,4
T O T A L	198	100,0

FONTE: SUCAM

TABELA 7  
EXISTÊNCIA DE BANHEIROS

ESPECIFICAÇÃO	FAMÍLIAS ENTREVISTADAS	
	Nº	%
Casas com banheiros	23	11,6
Casas sem banheiros	175	88,4
T O T A L	198	100,0

FONTE: SUCAM

TABELA 8  
HÁBITOS DA POPULAÇÃO NO TRABALHO

NO TRABALHO CONTACTAM COM ÁGUA DE (48)	FAMÍLIAS ENTREVISTADAS	
	Nº	%
Lagoa	90	45,4
Rio	77	38,9
Alagado	31	15,7
T O T A L	198	100,0

FONTE: SUCAM

De uma amostra de 444 pessoas ouvidas sobre a manifestação do índice de esquistossomose na comunidade, foram obtidas as seguintes respostas:

TABELA 9  
MANIFESTAÇÃO DE ESQUISTOSSOMOSE

Manifestações com	Respostas
.Diarréia	69
.Barriga inchada	56
.Sangue nas fezes	51
.Barriga d'água	47
.Dor na barriga	25
.Anemia	23
.Tontura	22
.Dor de cabeça	13
.Baço crescido	11
.Vômitos c/sangue	9
.Coceiras	7
.Não sabe	56
.Outros	55
T O T A L	444

FONTE: SUCAM

<sup>48</sup> Focos de esquistossomose.

A pesquisa, além do diagnóstico específico sobre o nível de existência e utilização do saneamento básico, alcançou a vida associativa, econômica e tipos de atividades exercidas pela população, chegando inclusive, a dados impressionantes quanto ao nível de renda dos habitantes. Constatou o levantamento que 56,6% dos chefes de família ganham menos de Cr\$ 300,00 e o máximo de Cr\$ 700,00 mensais e, muito menos ainda, são aqueles que ganham acima de Cr\$ 701,00. Quanto ao tipo de atividade, a predominância é a daqueles que exercem como profissão a pescaria, a qual ficou em torno de 33,8%, enquanto que 62,6% estão envolvidos em outras atividades associativas. Os quadros a seguir apresentados são ilustrativos quanto ao registro desses fatos.

TABELA 10  
ATIVIDADES NORMAIS DO CHEFE DE FAMÍLIA

ESPECIFICAÇÃO	FAMÍLIAS ENTREVISTADAS	
	Nº	%
.Pescador	67	33,8
.Aposentado	29	14,6
.Agricultor	19	9,6
.Comerciante	14	7,1
.Operário	12	6,1
.Funcionário	10	5,1
.Biscaiteiro	08	4,0
.Motorista	06	3,0
.Carvoeiro	05	2,5
.Outros	28	14,1
<b>T O T A L</b>	<b>198</b>	<b>100,0</b>

FONTE: SUCAM.

TABELA 11  
SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS FAMÍLIAS DE LUCENA

RENDA MENSAL		FAMÍLIAS ENTREVISTADAS	
		Nº	%
Menos de Cr\$	300,00	39	19,7
de 301,00 a	500,00	39	19,7
501,00 a	700,00	34	17,2
701,00 a	900,00	28	14,1
901,00 a	1.200,00	29	14,6
1.201,00 a	1.400,00	6	3,0
1.401,00 a	1.600,00	2	1,0
Acima de	1.600,00	21	10,6
T O T A L		198	100,0

FONTE: SUCAM.

As 198 famílias entrevistadas, representam aproximadamente 14% da população total do município,<sup>49</sup> uma vez que a área municipal conta com 5.801 habitantes. Do total entrevistado, mais de 112 famílias percebem menos de 1 salário mínimo,<sup>50</sup> menos de 28 em torno de 1 S.M., 37 famílias entre 1 S.M. e 2 SM, e um pouco acima de 21 famílias com ganhos superiores a dois salários mínimos.

Com relação à situação econômico-financeira das famílias objeto da pesquisa realizada pela SUCAM e apresentada na Tabela 12, observa-se um perfil de renda extremamente concen

<sup>49</sup> Segundo a tabela 4, do presente estudo, são quatro pessoas em média por casa habitada na área.

<sup>50</sup> O salário mínimo em 1977 era de Cr\$ 787,20.

trado nas classes inferiores de renda. Assim, mais da metade das famílias situam-se nos estratos cuja renda mensal é inferior ao salário-mínimo local, valor de referência que não atende sequer as necessidades básicas de sobrevivência humana. Tal constatação, caracteriza o elevado grau de pobreza da população lucenense.

Junto a comunidade local, quem vem produzindo algumas tarefas de significado importante é a Fundação dos Serviços de Saúde Pública, particularmente no que diz respeito ao apoio em termos de assistência e execução de certos serviços de repercussões sociais bastante positivas. Vários projetos estão sendo empreendidos no campo particular de construção de privadas, instalação d'água bem como de esgoto sanitário, numa política no combate ao alto índice de doenças parasitárias existentes no município. Para consecução desses projetos estão previstos recursos da ordem de Cr\$ 3 milhões, para atendimento das localidades e habitações como seguem.

TABELA 12  
PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO NO  
MUNICÍPIO DE LUCENA

LOCALIDADE	Nº DE CASAS BENEFICIADAS	% S/TOTAL DO MUNICÍPIO
Séde	223	60,0
Ponta de Lucena	56	57,0
Gameleira	67	63,0
Fagundes	170	48,0
Costinha	66	60,0
<b>T O T A L</b>	<b>582</b>	<b>36,0</b>

FONTE: FSESP/J. Pessoa-Pb.

<sup>51</sup> Programa iniciado em junho de 1978.

A população total das cinco localidades atinge 3.533 pessoas que representam aproximadamente 61% dos habitantes do município. O programa procura beneficiar 60% da população da sede, 57% de Ponta de Lucena, 63% de Gameleira, 48% de Fagundes e 60% do povoado de Costinha. Em termos gerais, 56% das habitações serão atendidas com o referido programa, inclusive todas contarão com uma torneira d'água em cada residência ensejando a satisfação de 1.964 pessoas que correspondem a 34% do total dos habitantes do município.

#### 4.3.4 - Qualidade das Habitações

Uma razoável qualidade da habitação é um dos fatores que contribuem predominantemente na conquista e manutenção da saúde das pessoas.

No município de Lucena, cerca de 80%<sup>52</sup> das moradias existentes se apresentam sob uma categoria que se poderia chamar de sub-habitação, pois, na sua maioria são formadas de cabesres ou palhoças, pequenas, velhas e, muitas, arruinadas.

Tivemos o cuidado também de visitar algumas unidades na orla marítima, ou seja, na sede do município, Ponta de Lucena, Gameleira, Fagundes e Costinha. Conforme podemos observar, os materiais utilizados nas construções são o barro, a vara, a palha e, pouquíssimas são as de telha e tijolo.

As construções mais comuns são as do tipo taipa-de-sopa

---

<sup>52</sup>Previsão da SUCAM.

po, feitas de barro sobre uma estrutura de varas trançadas, en quanto a cobertura mais utilizada é a palha de coqueiro sobre os caibros. A combinação taipa/palha é a de maior frequência nas habitações. Outras combinações foram vistas, tais como taipa/palha, casas totalmente de palhas e escassas unidades com alvenaria/telha.

De acordo com as informações colhidas, aquelas que levam palhas são de pequena durabilidade, geralmente suportam de 1,5 a 2 anos. Os pisos das casas são normalmente de barro batido. Observamos, também, que nas casas cobertas de telhas, as quais representam uma grande melhoria em relação às de palha, o piso é de cimento, mas, são poucas as que assim se caracterizam. Em geral são pequenas unidades, com uma sala, de um, e no máximo dois quartos e, o mais comum com um terraço na frente.

#### **4.4 - ATIVIDADE FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA MUNICIPAL**

##### **4.4.1 - Contribuição do Município na Receita do Estado**

Os impostos estaduais são arrecadados através da Coletoria de Santa Rita. Basicamente, a contribuição do município nos impostos do Estado é representada por 21 pequenos comerciantes lá existentes, e pelo setor agrícola, pela venda da produção de côcos e de farinha de mandioca, bem como pela atividade de captura de baleias.

A partir de 1975, a contribuição do município na forma



ção da receita do Estado, relativamente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias, alcançou os seguintes quantitativos: (Tabela 13).

TABELA 13  
EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICM NO MUNICÍPIO DE LUCENA  
1975/78

A N O	I C M	Em Cr\$ 1.000 de 1977
		EVOLUÇÃO %
1975	3.171,3	100,0
1976	3.548,7	106,0
1977	2.336,3	74,0
1978	2.832,7	89,0

FONTE: Secretaria de Finanças do Estado.

A tabela 13 apresenta a evolução da arrecadação do ICM no Município de Lucena, no período 1975/78, em valores constantes de 1977. Observa-se que o imposto arrecadado apresentou uma redução em seu valor entre o ano de 1975 e 1977, passando de Cr\$ 3.171,3 mil para Cr\$ 2.336,3 mil, respectivamente, e diminuindo em 26%. Neste período, portanto, o ICM apresentou-se em declínio. Entre 1977/78, a arrecadação cresceu para Cr\$ 2.832,7 mil, crescendo 21%.

Podemos constatar da análise a seguir desenvolvida, que essa redução verificada na receita não aconteceu em função da redução das atividades agrícolas nem tampouco das comerciais. O que concorreu, de fato, foi a involução pouco característica da arrecadação do imposto desenvolvida pela empresa responsável pela captura de baleias.

A tabela a seguir, fornece uma idéia mais precisa da participação da atividade baleeira na formação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias gerado no município.

TABELA 14

DEMONSTRATIVO DO ICM ARRECADADO PELO ESTADO NO MUNICÍPIO DE LUCENA COMPARADO COM O MONTANTE COLHIDO PELA COPESBRA  
1975/78

Em Cr\$ 1.000 de 1977

A N O	E N T I D A D E S		PARTICIPAÇÃO % (b/a)
	Município de Lucena (a)	COPESBRA (b)	
1975	3.171,3	3.017,4	95,1
1976	3.548,7	3.363,5	96,2
1977	2.336,3	1.936,6	82,9
1978	2.832,7	2.191,8	77,3
<b>TOTAL</b>	<b>11.889,0</b>	<b>10.509,3</b>	<b>88,7</b>

FONTE: Secretaria de Finanças do Estado.

Pela análise dos dados inseridos acima, evidencia-se que a COPESBRA vem participando, em média, nos últimos 4 anos, com 88,7% do total do ICM gerado no município. Os 11,3% restantes ficam distribuídos para as demais atividades representadas pelas pequenas bodegas ou vendas como são chamadas na localidade, e alguns produtos oriundos do setor agrícola. Com fundamento nesses elementos, antecipa-se o grau de dependência em que permanece a economia do município com respeito aos produtos da atividade baleeira.

A partir da constatação de que a atividade baleeira participa em níveis elevados da arrecadação do ICM no Município

de Lucena, os movimentos de expansão e contração dos saldos anuais deste imposto são decisivamente influenciados pelo nível de atividade industrial da empresa. Apesar disso, observamos uma redução continuada na participação da empresa, devido a razões de ordem as mais variadas. Podemos, todavia, justificar esse comportamento referindo-nos à expansão de outras atividades sujeitas ao recolhimento deste imposto, bem como à redução, em particular entre 1977 e 1978, do número de baleias capturadas e, assim, da matéria-prima produzida. Para termos uma idéia mais aproximada do ocorrido entre aqueles dois anos, observamos que o número de baleias capturadas reduziu-se em 31%, passando de 1.030 para 714 unidades. (Ver tabela a seguir)

TABELA 15  
BALEIAS CAPTURADAS E PRODUÇÃO REALIZADA  
PERÍODO 1975/78

ESPÉCIE	BALEIAS CAPTURADAS				MATÉRIA-PRIMA PRODUZIDA (t)			
	1975	1976	1977	1978	1975	1976	1977	1978
Minke	1.038	776	1.000	690	6.228	4.656	6.000	4.140
Cachalote	54	9	25	24	324	54	150	144
Espadarte	3	3	4	-	45	45	75	-
<b>T O T A L</b>	<b>1.095</b>	<b>788</b>	<b>1.030</b>	<b>714</b>	<b>6.597</b>	<b>4.755</b>	<b>6.225</b>	<b>4.284</b>

FONTES: COPEBRA

#### 4.4.2 - Participação do Município na Receita do Governo Federal

Com relação à receita arrecadada pela União foi possível

vel apenas levantar o montante dos impostos recolhidos pela COPESBRA,<sup>53</sup> porém, podemos antecipar que não há outra atividade industrial que possa gerar impostos como IPI e IR, exceto o correspondente ao do INCRA. Entretanto, o montante recolhido pela Companhia atingiu, no período de 1975 a 1978, Cr\$ 7,04 milhões, assim discriminado:

TABELA 16  
RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS (IPI e IR) PELA EMPRESA  
1975/78

Em Cr\$ 1.000 de 1977

A N O	VALOR RECOLHIDO
1975	1.484,7
1976	1.902,1
1977	1.697,0
1978	1.956,2
T O T A L	7.040,0

FONTE: COPESBRA

#### 4.4.3 - Receita Municipal

A receita efetivamente arrecadada pelo município, no período de 1975 a 1978 alcançou a importância de Cr\$ 6,39 milhões, sendo que Cr\$ 2,90 milhões refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias;<sup>54</sup> Cr\$ 3,01 milhões do Fundo de Par-

<sup>53</sup> A Delegacia da Receita Federal esclareceu que não tinha possibilidades de fornecer o total do município, face a arrecadação ser incorporada na jurisdição de Santa Rita.

<sup>54</sup> Corresponde a 20% do ICM arrecadado pelo Estado, segundo o art. 23, § 8º da Constituição Federal.

participação dos Municípios;<sup>55</sup> Cr\$ 195,6 mil referentes às receitas da sua própria tributação e Cr\$ 277,5 mil originários de outras fontes. Convém salientar que, do total da receita tributária arrecadada pelo município no valor citado de Cr\$ 195,6 mil, a atividade baleeira contribuiu com Cr\$ 69,2 mil, ou seja 35,0% do montante.<sup>56</sup>

TABELA 17  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA MUNICIPAL, SEGUNDO AS FONTES  
1975/78

Em Cr\$ 1.000 de 1977

A N O	FONTES DE RECEITAS				TOTAL
	ICM	FPM	TRIBUTÁRIA	OUTRAS FONTES	
1975	643,9	462,0	50,4	15,9	1.172,0
1976	810,3	780,7	90,2	100,1	1.781,3
1977	705,2	1.002,2	40,4	61,9	1.809,7
1978	742,6	767,2	14,6	99,6	1.624,1
TOTAL	2.902,0	3.012,1	195,6	277,5	6.387,1
%	45,4%	47,2%	3,1%	4,3%	100,0%

FONTE: Tribunal de Contas do Estado/Contas de Exercícios.

Considerando os dados anteriormente expostos, facilmente observamos que a receita do município cresceu de 1975 a 1977, enquanto que em 1978 declinou em relação ao ano anterior.

<sup>55</sup> Parcela da arrecadação anual do IPI e IR, recolhido ao município pelo Governo Federal, segundo critérios fixados no Código Tributário Nacional.

<sup>56</sup> A atividade baleeira contribuiu com os seguintes valores:

1975 - Cr\$ 17,4 mil  
1976 - Cr\$ 16,0 "  
1977 - Cr\$ 16,4 "  
1978 - Cr\$ 19,4 "

Conforme podemos observar, há um certo equilíbrio no volume da arrecadação verificado entre o ICM e o FPM, caracterizados como as fontes básicas de renda da administração municipal.

A receita própria do município é bastante reduzida ou quase não existe em relação às demais fontes, pois, em todo esse período, chegou apenas a Cr\$ 195,6 mil, representando tão somente, cerca de 3,1% em relação a receita total, o que revela o alto índice de pobreza da economia local.

#### 4.4.4 - Despesas realizadas no período

O município aplica totalmente os recursos arrecadados e/ou recebidos em cada exercício fiscal. Do total da receita auferida no período, no valor de Cr\$ 6,39 milhões, foram aplicados Cr\$ 5,58 milhões. Do montante dos gastos, 21,0% foram destinados à despesa de capital,<sup>57</sup> enquanto os 79,0% foram aplicados em despesas correntes.<sup>58</sup> Em termos de formação de patrimônio em favor do município, consideramos negativa a política de empregos dos recursos municipais, mas, uma vez que a área é carente em oferta de emprego para a população, cabe ao poder público a função de empregador, bem como a assistência necessária à comunidade e, em razão disso, consideramos coerente a destinação dos recursos. (Tabela 18).

---

<sup>57</sup> Dotações destinadas a investimentos, inversões financeiras e transferências de capital, art. 5º, Lei 4.320/64.

<sup>58</sup> Dotações destinadas a despesas de custeio e transferências correntes, art. 6º, Lei citada.

TABELA 18  
 REALIZAÇÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS, SEGUNDO AS  
 CATEGORIAS ECONÔMICAS  
 Período 1975/78

Em Cr\$ 1.000 de 1977

A N O	DESPESAS		T O T A L (3)	% DE APLICAÇÃO (2/3)
	CORRENTES (1)	CAPITAL (2)		
1975	982,8	164,2	1.147,1	14,3
1976	1.318,2	412,3	1.730,5	23,8
1977	1.448,3	339,5	1.787,7	19,0
1978	658,2	253,1	911,3	27,8
<b>TOTAL</b>	<b>4.407,5</b>	<b>1.169,1</b>	<b>5.576,6</b>	<b>21,0</b>

FONTE: Tribunal de Contas do Estado/Contas de Exercícios.

Dentre as funções econômicas, as que absorveram maior volume de gastos se relacionam com Administração e Planejamento, para a qual foram destinados, no período de 1975 a 1978, recursos de Cr\$ 1,99 milhões; Educação e Cultura, absorveu Cr\$ 1,06 milhões e Saúde e Saneamento que carrou recursos no montante de Cr\$ 636,6 mil. Vale destacar que, em termos percentuais, a participação mais relevante na realização das despesas entre as funções mencionadas estão pela ordem: Administração e Planejamento com 54,0%, Educação e Cultura 28,7%, enquanto para Saúde e Saneamento foram destinados apenas 17,3%. A tabela seguinte é elucidativa no que se refere à execução orçamentária do município.

TABELA 19  
 DESPESA SEGUNDO AS FUNÇÕES DE GOVERNO  
 1975/78

Em Cr\$ 1.000 de 1977

FUNÇÕES	A N O				TOTAL	%
	1975	1976	1977	1978		
Educação e Cul- tura	163,4	268,0	308,8	315,9	1.056,1	28,7
Saúde e Sanea- mento	109,4	156,1	220,3	150,8	636,6	17,3
Administração e planejamento	550,4	586,4	586,6	264,0	1.987,2	54,0
T O T A L	823,2	1.010,5	1.115,7	730,7	3.679,9	100,0

FONTE: Tribunal de Contas do Estado/Contas de Exercícios.



5. A BALEIA NO BRASIL E SUA ATIVIDADE  
NA PARAÍBA

## 5. A BALEIA NO BRASIL E SUA ATIVIDADE NA PARAÍBA

### 5.1- ENFOQUE HISTÓRICO DA BALEIA NO BRASIL

No Brasil, foram dados os primeiros passos na pesca da baleia pelo espanhol Pero de Urecha que, em 1602, obteve de Felipe III, rei da Espanha e Portugal,<sup>59</sup> permissão para pescar nas costas brasileiras por um período de 10 anos. Iniciando no recôncavo baiano, o capitão espanhol operou até 1612, oportunidade em que o governo reconheceu a grande importância da exploração e passou a considerar tal mamífero como "peixe-real" e, em razão disso, declarou-a propriedade da Coroa quando estabeleceu, em 1614, o monopólio da captura e arrendamento periódico a particulares que se interessassem por essa atividade.

Uma rápida expansão das atividades baleeiras foi gerada com essa nova política, ensejando a implantação de armações nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, quando nos meados do século XVII já somavam mais de 10 áreas de captura, com instalações de certo porte. O movimento, embora considerado grande, tanto no que se refere a trabalho como de ordem de investimentos financeiros, mas, em decorrência da inexistência de uma organização mais eficiente, os rendimentos passaram

---

<sup>59</sup> ELLIS, Myriam. *A Baleia no Brasil Colonial*, pp. 25-46.

a ser cada vez menores e tão menos compensadores que, ao final do século XVIII, a situação se apresentava de tal modo crítica que levou a Coroa a sustar o seu prolongado sistema de arrendamento de monopólio e passou a facultar aos negociantes, inclusive estrangeiros, a capturação das baleias em águas brasileiras. Nesse interim, não havia mais interesses por parte de estrangeiros nem tampouco por nacionais, tendo em vista os crescentes prejuízos que a exploração registrava. As armações começaram a ser negociadas paulatinamente e suas áreas posteriormente começaram a ser usadas para lavouras, propriedades de serviços da nação como centros de armamento da Marinha e outras simplesmente passaram ao abandono, definindo, assim, praticamente o século XIX como o fim de uma intensa exploração baleeira no Brasil, mantendo-se embora por algum tempo depois as atividades no recôncavo baiano. Nessa época, somente eram aproveitados o óleo e a carne. Os ossos eram jogados fora. O óleo, conhecido como azeite de peixe, destinava-se à iluminação das capitâneas, igrejas, engenhos, fortalezas e de lubrificantes para o arsenal da Marinha de Lisboa, enquanto a carne servia de alimentação para os escravos e famílias pobres.<sup>60</sup> O maior interesse concentrava-se na extração do óleo, pois foi utilizado para iluminação até o advento do petróleo.

No princípio do século XX,<sup>61</sup> embora se renovasse o interesse pela captura de baleias, com a introdução do "canhão-arapão", no Brasil as técnicas continuavam primitivas exigindo in

---

<sup>60</sup> ELLIS, Myriam. *Op. cit.*, pp. 39 e segts.

<sup>61</sup> SCAICO, Marcos A. - *A Baleia no Nordeste Brasileiro*, UFPB, João Pessoa, janeiro, 1979, no prelo.

dores de baleias, em âmbito mundial, estão representados pela Rússia, que deteve 53,4% das cotas fixadas para 1976 e 54,1% em 1977, seguindo-se o Japão com 29,8% e 35,3%, respectivamente. O Brasil manteve-se no quinto lugar em 1976 com 3,3%, ascendendo ao terceiro, com 6,6%, em relação às cotas estabelecidas pela CIB,<sup>63</sup> no período em apreço.

TABELA 20  
 POSIÇÃO DO BRASIL EM RELAÇÃO AOS DEMAIS PAÍSES  
 CAPTURADORES - 1976/77

ANO	N A Ç Õ E S	B A L E I A S (cotas)				PARTICI PAÇÃO %
		ESPADARTE	MINKE	CACHALOTE	TOTAL	
1976	Rússia	895	3.017	6.454	10.366	53,4
	Japão	1.331	3.017	1.543	5.891	29,8
	África do Sul	-	-	1.531	1.531	7,7
	Austrália	-	-	1.145	1.145	5,8
	Brasil	4	776	67	847	3,3
TOTAL		2.230	6.810	10.740	19.780	100,0
1977	Rússia	621	3.950	3.841	8.412	54,1
	Japão	1.237	3.950	301	5.488	35,3
	Brasil	5	1.000	25	1.030	6,6
	Austrália	-	-	624	624	4,0
	África do Sul	-	-	-	-	-
TOTAL		1.863	8.900	4.791	15.554	100,0

FONTE: A exploração de Baleias por Nacionais - II, SUDEPE, 1978

<sup>63</sup> Países que compõem a Comissão Internacional da Baleia - CIB: Estados Unidos, Rússia, França, Reino Unido, Canadá, Noruega, Dinamarca, Holanda, Islândia, Nova Zelândia, Austrália, África do Sul, Japão, México, Argentina e Brasil - sede em Londres.

## 5.2- A PESCA DA BALEIA NA PARAÍBA

Ficou esclarecido anteriormente, que as atividades de pesca da baleia na Paraíba tiveram início em 1912. Entretanto, somente a partir de 1957, quando o comando da exploração se transferiu para um grupo em melhores condições econômicas e com tecnologia mais avançada e, sem dúvida com apoio integral do governo brasileiro, foi que a atividade se consolidou como empresa, logrando não somente o aumento da captura, como também conduzindo a uma mais eficiente forma de transformação e a melhores rendimentos dos produtos.

### 5.2.1- Localização

A empresa está localizada na praia de Costinha defrontando-se com o Porto de Cabedelo. Sua situação corresponde a 7° de latitude sul.

Diversos fatores influenciaram na localização do parque fabril, salientando-se que essa escolha, feita em 1912 pelo armador Julius Von Shosten, atende ainda hoje aos requisitos fundamentais para efetivação da operação de pesca.<sup>64</sup> A protuberância litorânea apresentada pela Paraíba, no contorno oriental brasileiro, torna a base de pesca mais próxima da área preferida pelos cetáceos para o acasalamento, reduzindo o tempo de navegação e, conseqüentemente, os custos de operação. Face à temperatura da água, com 27°C, é a faixa marítima na qual mais as baleias se aproxima da Costa.

<sup>64</sup> Informação prestada pela assessoria da COPESBRA

A área escolhida oferece profundidade suficiente do canal de acesso, permitindo sem maiores riscos, o encalhe pela prôa do navio baleeiro, que faz entrega da captura à beira mar, dispensando maiores custos de transporte ou transbordo da produção, por barcos menores.

Sendo uma área isolada de núcleos habitacionais, que poderiam ser atingidos por odores ou descartes industriais, permite todos os tipos de operação de sangria, corte, cosinhamento dos toucinhos, secagem de carnes e resíduos ao sol, sem que gases e vapores venham incomodar a vizinhança. Em consequência dos ventos dominantes na área serem do quadrante sul, os gases e odores são conduzidos para área não habitada.

A região oferece boa disponibilidade de águas industriais e potável, através de poços comuns e artesianos e quanto a energia o atendimento é feito pela rede de distribuição da SAELPA, dispondo de razoável acesso à aquisição de insumos, materiais de embalagem e de produtos intermediários. Tendo em vista a proximidade a João Pessoa, bem como a Cabedelo, por via fluvial e rodoviária, permitindo contato imediato aos serviços previdenciários e assistência médica.

### 5.2.2- A Empresa Capturadora

A razão social da empresa é Cia. de Pesca Norte do Brasil - COPESBRA - fundada em 15 de setembro de 1912.<sup>65</sup> O capi

---

<sup>65</sup>Dados obtidos diretamente na empresa.

tal social subscrito e realizado totalmente é de Cr\$ 30 milhões, com a participação de 60% de acionistas brasileiros, que representa Cr\$ 18 milhões e 40% de participação estrangeira, devidamente registrada no Banco Central do Brasil sem direito a voto e cuja participação corresponde a Cr\$ 12 milhões, subscritos pela NIPPON REIZO K.K., de Tóquio, Japão.

#### 5.2.2.1- Oferta de Empregos

De conformidade com o levantamento efetuado<sup>66</sup>; o número de empregos diretos ofertados pela empresa alcança 331 pessoas, sendo 261 operários e, 39 ocupados na atividade administrativa e técnica, e, 31 em diversas outras atividades, conforme tabela 21.

---

<sup>66</sup>A exploração de Baleias por Nacionais - II, SUDEPE, mar. 1978.

TABELA - 21  
DISCRIMINAÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS POR SECÇÃO  
DA EMPRESA - 1978

S E C Ç Ã O	NÚMERO DE EMPREGADOS <sup>67</sup>
.Administração	27
.Oficina	14
.Carpintaria	02
.Vigilância	06
.Casa de Força	03
.Diversos Serviços	12
.Escritório (fábrica)	01
.Navegação	07
.Caldeiras	08
.Auto-claves	03
.Carnarina	22
.Tubalhau	05
.Frigorífico	17
.Tanqueiros	06
.Cortadores de Baleia	38
.Charqueada	106
.Tripulação	26
.Funcionários	17
.OUTROS	11
T O T A L	331

FONTE: COPESBRA

Segundo dados da mesma fonte, é de 978 o número de dependentes desses empregados. A estrutura salarial da empresa parte de um mínimo de Cr\$ 800,00 e chega ao máximo de Cr\$ ..... 64.000,00, cuja estrutura é a seguinte:

<sup>67</sup> Em período normal de atividade da empresa.



TABELA 22  
 ESTRUTURA SALARIAL DA EMPRESA  
 1978

VARIAÇÃO DO SALÁRIO MENSAL (Em Cr\$ 1,00) <sup>68</sup>	Número de empregados	Distribuição %
Com 800	02	0,6
1.100 a 2.000	253	76,5
2.100 a 4.000	17	5,1
4.300 a 8.000	23	7,0
8.400 a 10.000	08	2,4
10.500 a 11.900	06	1,8
12.000 a 13.700	06	1,8
16.800 a 19.000	05	1,5
20.000 a 26.000	07	2,1
Com 32.000	01	0,3
" 37.000	02	0,6
" 64.000	01	0,3
<b>T O T A L</b>	<b>331</b>	<b>100,0</b>

FONTE: COPESBRA

#### 5.2.2.2 - Empregos Gerados com o Turismo

Numa pesquisa realizada pelo setor de investigações da Base de Operações do PDP/SUDEPE, chegou-se a constatar a existência de 13 a 15 pessoas ocupadas com a atividade turística no período da pesca da baleia. Para os que trabalham nas lanchas que servem de condução dos interessados, de Cabedelo a Costinha e vice-versa, são utilizadas cerca de 11 pessoas e os

<sup>68</sup>S.M. em 1978 = Cr\$ 1.111,20.

demais são proprietários de churrascaria e vendedores de produtos artesanais, na localidade de Costinha, onde funcionam somente na temporada de pesca. Para essa categoria de emprego foi estimada uma renda mensal em torno de Cr\$ 15 mil cruzeiros. Já no que diz respeito às pessoas que trabalham em bilheteria e no comando das lanchas, os salários variam de Cr\$ 724,00 ao máximo de Cr\$ 1.200,00, exceto o proprietário das lanchas que obtém uma renda líquida mensal em torno de Cr\$ 20.000,00.

### 5.3 - MATÉRIA-PRIMA E MERCADO

#### 5.3.1 - Características

##### 5.3.1.1 - Migrações

São poucas ainda as informações a respeito das migrações das baleias para a Paraíba. Existem pesquisas em desenvolvimento através da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca<sup>69</sup> sobre o assunto. Entretanto, há o consenso de que a permanência dos cetáceos na região antártida se deve à baixa temperatura da água e à abundância dos alimentos preferidos, no caso, o zooplâncton (krill) ou pequenos camarões lá existentes.

Quanto ao período de fixação na costa paraibana, os argumentos mais consistentes e bastante divulgados dizem respeito a protuberância litorânea apresentada pela Paraíba, que torna a área preferida pelos cetáceos que migram da antártida a

---

<sup>69</sup> Informações obtidas junto a chefia da Base de Operações do PDP/SUDEPE, João Pessoa-Pb.

fim de se acasalarem nas costas do Estado, face a temperatura da água — quente em relação a antártida — é a faixa marítima na qual as baleias mais se aproximam da costa.

Ao consultarmos o Plano Estadual de Pesca<sup>70</sup> da Biblioteca da SUDEPE, encontramos a seguinte observação:

"Segundo Paiva (1971), as baleias vivem nas águas antártidas, delas se ausentando durante o inverno, quando migram para águas sub-tropicais, com objetivos de reprodução-migração. A pesca da baleia é uma atividade estacional, realizada no segundo semestre de cada ano, quando ocorrem as manadas ao largo desta costa".

Outra informação que deve ser acrescentada é a fornecida pelo biólogo Gordon R. Williamson,<sup>71</sup> que realizando pesquisa no Nordeste brasileiro chegou às seguintes conclusões:

"Por quais rotas as baleias migram da antártica ao NE do Brasil? Após a época de alimentação, a maior parte das baleias está rondando a ponta norte da antártida, em grandes áreas dos oceanos Índico e Pacífico por volta do continente, devendo-se ajuntar-se sucessivamente em mar aberto. No SE do Atlântico a maioria das baleias, após nadarem para o norte a fim de crescerem, parecem manter-se no talude caosta da América do Sul a algum ponto. O talude "afunila" as baleias em grupos tornando-as concentradas, tal como se procede ao norte. Para aquelas que continuam mais afastadas em águas quentes, o canto NE do Brasil é o ponto focal, onde ocorre a maior concentração".

#### 5.4 - PRODUTOS GERADOS

A COPESBRA desenvolve a seguinte linha de produção:

<sup>70</sup> SUDEPE. *I Plano Estadual de Desenvolvimento da Pesca 1980/85*, p.6 - cit.

<sup>71</sup> *As baleias Minke no Brasil*, SUDEPE, set., 1975.

óleo, carne de charque, carne de sol, carne verde, toucinho, farinha de osso e carnarina.

Os produtos extraídos das baleias, no período de 1975/78 atingiram 13.238,8 toneladas, cuja discriminação anual consta da tabela abaixo:

TABELA 23  
PRODUTOS EXTRAÍDOS DA BALEIA  
1975/78

P R O D U T O	A N O				T O T A L
	Em (t)				
	1975	1976	1977	1978	
.Toucinho Congelado	109,4	75,0	-	-	184,4
.Charque	1.607,7	1.480,9	912,3	1.037,8	5.038,7
.Farinha de Carne	276,0	214,0	-	-	490,0
.Farinha de Osso	164,3	195,8	140,5	211,0	711,6
.Óleo	958,0	1.130,7	761,1	808,1	3.657,9
.Carnarina	284,3	249,7	284,9	277,7	1.096,6
.Carne Verde	180,4	243,0	148,5	123,7	695,6
.Carne Congelada	-	122,4	449,7	714,0	1.286,1
.Carne de Sol	-	-	-	77,9	77,9
<b>T O T A L</b>	<b>3.580,1</b>	<b>3.711,5</b>	<b>2.697,0</b>	<b>3.250,2</b>	<b>13.238,8</b>

FONTE: COPESBRA.

Dos elementos antes descritos, depreende-se que no conjunto dos produtos os de maior significação econômica são a charque e o óleo. Observa-se que em 1975, enquanto a charque representou 44,9% em relação ao total, o óleo participou com 26,8%; em 1976 contribuiu com 39,9%. Já o óleo apareceu com 30,5%; em 1977 e 1978 a contribuição da charque foi de 33,8% e 31,9%, a de óleo. Enquanto o óleo com 28,2% e 24,9% nos dois últimos anos. Em termos médios a charque teve uma participação, no período, da ordem de 37,6%, já o óleo apresenta-se com 27,6%, ambos reunidos representam 65,2% do total da produção. Logo em seguida, se sobressaem a carnarina nos anos de 1975 e 1976.

## 5.5 - DESTINO DA PRODUÇÃO

### 5.5.1 - Mercado Interno

O mercado consumidor dos produtos provenientes da baleia é representado pela demanda interna e externa.

Quanto ao mercado nacional, São Paulo e Rio de Janeiro são os principais Estados importadores do óleo, que tem grande aplicabilidade nas indústrias químicas de curtimento do país. Os dois Estados mencionados consumiram quase a totalidade da produção no período de 1975/78. De um volume produzido de 3.469,6 toneladas, o primeiro importou 57,75%, enquanto o segundo absorveu 36,51%, somando portanto, 94,26% do total da produção.

Paraíba, Pernambuco e Bahia são os grandes consumidores

de charque. Do total de 4.563,7 toneladas produzidas nos anos de 1975/78, os três Estados consumiram 4.561,7t, ou seja, 99,95%, cabendo o primeiro lugar à Paraíba, com 61,21%, seguindo-se Pernambuco e Bahia, ambos participando com 23,84% e 14,91%, respectivamente. A demanda está restrita às classes de renda mais baixa.

A farinha de carne (carnarina) destina-se a rações concentradas, com utilização básica para suinocultura e avicultura. A produção no período em análise foi de 1.096,6 toneladas e Pernambuco consumiu quase a sua totalidade, importando 1.093,7 toneladas que representam 99,73%.

A farinha de osso é utilizada principalmente na adubação da cajucultura, coqueirais, goiabais, mangueirais e plantio de pimenta do reino. O Estado do Pará absorveu 593,0 toneladas das 711,8 produzidas no período, chegando a 83,31%. As demais unidades consumidoras são Pernambuco e Paraíba, que adquiriram 16,05% e 0,64%, do total da produção.

A carne verde é totalmente consumida pela população paraibana, particularmente as residentes nas cidades que mais se aproximam da área de produção, em Costinha. A produção dos anos em análise atingiu 688,2 toneladas, em sua totalidade vendida na Paraíba.

O toucinho tem pouca representatividade no hábito de consumo do brasileiro. Em 1975 foram produzidas 5,1 toneladas e São Paulo apareceu como único comprador. É vendido quase que totalmente para o mercado externo, assim mesmo o único importa

dor é o Japão. Do mesmo modo a carne congelada, de uma produção de 1,1 t, Pernambuco foi o único comprador.

A carne de sol foi produzida apenas em 1978. O total da produção atingiu 77,9 toneladas, destinadas integralmente aos consumidores paraibanos.

Os dados inseridos na tabela a seguir, são bastante ilustrativos no que se refere à destinação da produção para o mercado interno e, ainda, oferecem uma visão global dos produtos bem como dos Estados consumidores brasileiros.

TABELA - 24  
DESTINO DA PRODUÇÃO, MERCADO INTERNO SEGUNDO OS  
ESTADOS BRASILEIROS

Em (t)

PRODUTO	ANOS	DESTINO DA PRODUÇÃO									
		TOTAL	SEGUNDO OS ESTADOS								
			RJ	SP	PB	PA	CE	RN	PE	BA	RS
Óleo	1975	769,7	335,4	397,2	18,4	0,18	1,8	5,2	8,8	2,7	-
	1976	1.130,7	354,6	731,7	21,4	-	5,9	5,0	10,3	-	1,8
	1977	761,1	253,5	460,6	11,6	-	4,1	-	15,3	4,0	12,8
	1978	808,1	323,2	414,3	11,8	-	-	-	36,0	7,9	14,8
TOTAL		3.469,6	1.266,8	2.003,8	63,2	0,18	11,8	10,2	70,4	14,6	28,6
Charque	1975	1.132,4	-	0,82	674,1	0,18	-	-	268,6	188,7	-
	1976	1.481,0	-	0,42	875,0	0,24	-	-	365,3	240,0	-
	1977	912,3	-	0,06	609,2	-	-	-	202,8	100,2	-
	1978	1.038,0	-	-	635,2	-	-	-	251,2	151,4	-
TOTAL		4.563,7	-	1,30	2.793,5	0,42	-	-	1.087,9	680,3	-
Camarina	1975	284,3	-	-	1,0	-	-	-	283,3	-	-
	1976	249,7	-	-	0,2	-	-	-	249,5	-	-
	1977	284,9	-	-	0,2	-	-	-	284,7	-	-
	1978	277,7	-	-	1,0	-	-	0,5	267,2	-	-
TOTAL		1.096,6	-	-	2,4	-	-	0,5	1.093,7	-	-
Farinha de Osso	1975	164,3	-	-	2,0	110,0	-	-	52,3	-	-
	1976	196,0	-	-	1,0	149,0	-	-	46,0	-	-
	1977	140,5	-	-	1,5	139,0	-	-	-	-	-
	1978	211,0	-	-	-	195,0	-	-	16,0	-	-
TOTAL		711,8	-	-	4,5	593,0	-	-	114,3	-	-
Carne Verde	1975	173,2	-	-	173,2	-	-	-	-	-	-
	1976	242,8	-	-	242,8	-	-	-	-	-	-
	1977	148,5	-	-	148,5	-	-	-	-	-	-
	1978	123,7	-	-	123,7	-	-	-	-	-	-
TOTAL		688,2	-	-	688,2	-	-	-	-	-	-
Toucinho	1975	5,1	-	5,1	-	-	-	-	-	-	-
	1976	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1977	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1978	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		5,1	-	5,1	-	-	-	-	-	-	-
Carne de Sol	1975	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1976	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1977	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1978	77,9	-	-	77,9	-	-	-	-	-	-
TOTAL		77,9	-	-	77,9	-	-	-	-	-	-
Carne Congelada	1975	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1976	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1977	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1978	1,1	-	-	-	-	-	-	1,1	-	-
TOTAL		1,1	-	-	-	-	-	-	1,1	-	-

FONTE: COPEBRA.



Em termos globais, isto é, considerando todos os produtos reunidos no período em estudo, a distribuição no mercado brasileiro<sup>72</sup> obteve o comportamento como segue:

ESTADOS	QUANTIDADE (t)	PARTICIPAÇÃO (%)
Paraíba	3.629,7	34,20
Pernambuco	2.366,3	22,30
São Paulo	2.009,1	18,93
Rio de Janeiro	1.266,8	11,94
Bahia	694,9	6,55
Pará	593,6	5,59
Rio Grande do Sul	28,6	0,27
Ceará	11,8	0,12
Rio Grande do Norte	10,7	0,10
T O T A L	<u>10.611,5</u>	<u>100,00</u>

<sup>72</sup> Ver distribuição da produção entre mercados nacional e estrangeiro e dentro do nacional em local, regional e estrangeiro. (Tabelas 25 e 26).

TABELA - 25

RÉSUMO DOS ESTADOS SEGUNDO OS PRODUTOS DEMANDADOS  
PERÍODO 1975/78

Em (t)

PRODUTO	E S T A D O S									TOTAL
	RJ	SP	PB	PA	CE	RN	PE	BA	RS	
.Óleo	1.266,8	2.003,7	63,2	0,18	11,8	10,2	70,4	14,6	28,6	3.469,5
.Charque	-	1,3	2.793,5	0,42	-	-	1.087,9	680,3	-	4.563,7
.Carnarina	-	-	2,4	-	-	0,5	1.093,7	-	-	1.096,6
.Farinha de Osso	-	-	4,5	593,0	-	-	114,3	-	-	711,8
.Carne Verde	-	-	688,2	-	-	-	-	-	-	688,2
.Toucinho	-	5,1	-	-	-	-	-	-	-	5,1
.Carne de Sol	-	-	77,9	-	-	-	-	-	-	77,9
<b>T O T A L</b>	<b>1.266,8</b>	<b>2.009,1</b>	<b>3.629,7</b>	<b>593,6</b>	<b>11,8</b>	<b>10,7</b>	<b>2.366,3</b>	<b>694,9</b>	<b>28,6</b>	<b>10.611,6</b>

FONTE: COPEBRA

## 5.5.2- Mercado Externo

Com relação ao mercado externo, o Japão é o único país para o qual o Brasil exporta. O toucinho cartilagem, no total produzido de 104,4 toneladas em 1975, foi consumido pelos japoneses. O mesmo ocorreu com a carne congelada, cuja produção teve início a partir de 1976, alcançando até 1978, 1.284,9 toneladas.

TABELA - 26  
PRODUTO EXPORTADO  
PERÍODO 1975/78

PRODUTO	PAÍS	J A P ã O				Em (t)
						TOTAL
		1975	1976	1977	1978	
.Toucinho Cartilagem		104,4	-	-	-	104,4
.Carne Congelada		-	122,4	449,7	712,8	1.284,9
<b>T O T A L</b>		<b>104,4</b>	<b>122,4</b>	<b>449,7</b>	<b>712,8</b>	<b>1.389,3</b>

FONTE: COPESBRA

A empresa<sup>73</sup> não se dispôs a oferecer detalhes sobre a dimensão e perspectiva do mercado, apenas informou que não conta com a menor dificuldade na colocação dos seus produtos e considera a variável preço como fator preponderante na grande aceitação dos produtos da baleia, exceto o óleo que é consumido inteiramente no mercado brasileiro, ainda carente de importação. Tendo em vista a facilidade de venda de toda linha de produtos,

<sup>73</sup> Informações colhidas através de entrevista com a gerência da empresa.

dispensa a empresa o uso de qualquer processo de "marketing" para lançamento ou colocação dos seus produtos no mercado, tanto interno como externo.

### 5.5.3 - Contribuição da carne de baleia na oferta de alimento

A baleia produz, em média, três toneladas de carne, a oferta de tal produto no período em estudo alcançou 10.881 toneladas.

Estimando que, do abate de um boi é obtida uma produção média de 200 kg de carne, o total de baleias capturadas nessa fase corresponde a 54.405 bois. Embora nada podemos assegurar de que esta quantidade de bovinos deixaria de ser abatida, caso inexistisse a exploração dos cetáceos, em quaisquer circunstâncias compreendemos que a contribuição no que diz respeito à oferta de alimento foi bastante significativa para a população.

TABELA - 27.

PRODUÇÃO DE CARNE DE BALEIA EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE BOIS ABATIDOS<sup>74</sup>

ANO	BALEIAS CAPTURADAS	QUANTIDADE DE CARNE PRODUZIDA (t)	CORRESPONDÊNCIA EM BOIS ABATIDOS (1.000)
1975	1.095	3.285	16.425
1976	788	2.364	11.820
1977	1.030	3.090	15.450
1978	714	2.142	10.710
TOTAL	3.627	10.881	54.405

<sup>74</sup>Segundo a empresa, uma baleia produz, em média, três toneladas, enquanto de um boi se extrai 200 kg.

6. FATURAMENTO ANUAL DA EMPRESA,  
SEGUNDO OS PRODUTOS

## 6. FATURAMENTO ANUAL DA EMPRESA SEGUNDO OS PRODUTOS, NO PERÍODO 1975/78

O faturamento da empresa no período em análise alcançou somente com os produtos obtidos da exploração baleeira<sup>75</sup> o valor de Cr\$ 150,0 milhões para um total de produtos transacionados de 13.238,8 toneladas.

Nos anos de 1975 e 1976, a charque e o óleo foram os produtos que tiveram maior participação no conjunto das vendas da empresa, contribuindo com 61,6% e 61,3%, respectivamente. Já em 1977, pela ordem de grandeza, aparecem a charque com 42,0%, a carne congelada com 28,3% e em seguida o óleo, com 20,0%. Em 1978, esse quadro se modifica cabendo o primeiro lugar à carne congelada, com 47,3%, o segundo à charque, com 29,8% e finalmente o óleo que ficou em terceiro, contribuindo com 14,1%.

Os dados contidos na tabela 28, precisam o comportamento de cada produto no conjunto do faturamento da empresa, ensejando um entendimento mais agramente da importância dessa atividade.

---

<sup>75</sup> A empresa também obtém receitas com vendas de cocos e produtos de tubarão.

O lucro líquido da empresa, alcançou em 1977 Cr\$ 10,4 milhões, enquanto no exercício de 1978 cresceu para Cr\$ 11,9 milhões.<sup>76</sup>

Tais resultados não poderiam ser diferentes pois, presumimos<sup>77</sup> que, a matéria-prima chega a custo muito baixo, cabendo à empresa apenas o encargo de capturação para cuja tarefa encontra-se bastante estruturada. O Estado colabora com o empreendimento sob duas formas. Uma, mediante a oferta de matéria-prima, pois com uma simples autorização e pagamento de uma taxa anual, conforme nos referimos na página 31, a empresa pode ter acesso aos cetáceos e outra através de incentivos fiscais que será motivo de análise em capítulo próprio deste estudo.

TABELA 28  
DEMONSTRATIVO DO FATURAMENTO DA EMPRESA CAPTURADORA  
PERÍODO 1975/78  
Em Cr\$ 1.000 de 1977

PRODUTO	A N O S				TOTAL
	1975	1976	1977	1978	
Charque	19.102,7	22.447,7	13.491,7	15.029,6	70.071,7
Óleo	7.339,5	8.835,9	6.298,2	7.113,9	29.587,5
Carnarina	1.230,0	732,7	759,2	794,5	3.516,4
Carne Congelada	-	1.558,2	8.897,7	23.877,6	34.333,5
Toucinho	1.309,8	-	-	-	1.309,8
Farinha de Osso	365,7	371,7	211,5	382,6	1.331,5
Carne Verde	2.137,5	2.660,6	1.779,6	1.819,8	8.397,5
Carne de Sol	-	-	-	1.429,0	1.429,0
<b>T O T A L</b>	<b>31.485,2</b>	<b>36.606,8</b>	<b>31.437,9</b>	<b>50.447,0</b>	<b>149.976,9</b>

FONTE: COPESBRA.

<sup>76</sup> Balanços publicados nos Diários Oficiais do Estado nos dias 6 e 21 de abril de 1978 e 1979.

<sup>77</sup> Não foi possível detectar os custos operacionais de capturação.

## 6.1 - PREÇOS MÉDIOS OBTIDOS COM A VENDA DOS PRODUTOS NO MERCADO INTERNO

Os preços<sup>77</sup> obtidos para os produtos no mercado brasileiro, no período de 1975/78, apresentaram poucas oscilações no decorrer desses anos.

Com relação ao óleo, a média registrada em 1975 foi de Cr\$ 9,53 mil por tonelada, declinando em 1976 para Cr\$ 7,81 mil, já nos anos de 1977 e 1978, houve uma pequena elevação, quando tais preços ficaram nos limites de Cr\$ 8,27 mil e Cr\$ 8,80 mil, respectivamente. Relativamente a charque, cujo consumo é de muita significação junto a população de baixa renda, juntamente com outros de destino alimentar, iniciou 1975 com o preço médio por tonelada de Cr\$ 16,86 mil, declinou em 1976 para Cr\$ 15,16 mil, 1977 para Cr\$ 14,79 mil, enquanto em 1978 diminuiu, ligeiramente para Cr\$ 14,48 mil. A carnarina, por seu turno, com um preço de Cr\$ 4,33 mil em 1975, declinou em 1976 para Cr\$ 2,93 mil, os anos seguintes, isto é, 1977 e 1978 apresentaram pequenas diferenças, com Cr\$ 2,66 mil e Cr\$ 2,86 mil por tonelada. A farinha de osso, apareceu com Cr\$ 2,22 mil em 1975, declinando em 1976 para Cr\$ 1,90 mil, porquanto nos anos seguintes, 1977 e 1978, estes preços ficaram com Cr\$ 2,66 mil e Cr\$ 2,86 mil. No que se refere a carne verde, esta partiu em 1975 com Cr\$ 12,35 mil, caiu em 1976 para Cr\$ 10,96 mil, em 1977 aumentou para Cr\$ 11,98 mil, elevando-se no ano de 1978 para Cr\$ 14,71 mil. Relativamente a carne de sol, a qual foi

---

<sup>77</sup> Preço FOB, segundo a empresa.



introduzida no mercado a partir de 1978, iniciou com o preço de Cr\$ 18,34 mil por tonelada. Do mesmo modo, a carne congelada que foi inserida no consumo alimentar brasileiro no mesmo ano, obteve um preço médio inicial de Cr\$ 34,18 mil/tonelada.

O faturamento global com as vendas no mercado interno atingiu no período Cr\$ 114,5 milhões, cujo montante encontra-se discriminado, ano por ano, no resumo a seguir e melhor demonstrado na tabela 29.

RESUMO DO FATURAMENTO NO PERÍODO - Cr\$ de 1977

1975	Cr\$ 30.257,6
1976	35.048,5
1977	22.540,2
1978	<u>26.607,0</u>
TOTAL	Cr\$ 114.453,3

## 6.2 - PREÇOS MÉDIOS OBTIDOS COM A VENDA DOS PRODUTOS NO MERCADO EXTERNO

Relativamente ao mercado externo, representado pelo Japão, foram vendidas em 1975, com a designação de toucinho cartilagem, 619,4 toneladas, ao preço de Cr\$ 11,95 mil.

A partir de 1976 foi lançado no mercado internacional a carne congelada, pela qual a empresa obteve neste primeiro ano o preço de Cr\$ 12,73 mil p/tonelada, aumentando para Cr\$ 19,8 mil em 1977 e crescendo ainda mais em 1978, quando passou para Cr\$ 33,45 mil por tonelada.

TABELA 29  
PREÇO MÉDIO ANUAL DE VENDA POR PRODUTO NO MERCADO INTERNO  
1975/78\*

Em Cr\$ 1.000 de 1977

ANO PRODUTO	1 9 7 5			1 9 7 6			1 9 7 7			1 9 7 8		
	QUANTIDADE (t)	PREÇO	VALOR	QUANTIDADE (t)	PREÇO	VALOR	QUANTIDADE (t)	PREÇO	VALOR	QUANTIDADE (t)	PREÇO	VALOR
.Óleo	769,7	9,53	7.339,5	1.130,7	7,81	8.835,9	761,1	8,27	6.298,2	808,1	8,80	7.113,9
.Charque	1.132,4	16,86	19.102,7	1.481,0	15,16	22.447,7	912,3	14,79	13.491,7	1.038,0	14,48	15.029,6
.Carnarina**	284,3	4,33	1.230,0	249,7	2,93	732,6	284,9	2,66	759,2	277,7	2,86	794,5
.Farinha de Osso	164,3	2,22	365,7	196,0	1,90	371,7	140,5	1,50	211,5	211,0	1,81	382,6
.Carne Verde	173,2	12,35	2.137,5	242,8	10,96	2.660,6	148,5	11,98	1.779,6	123,7	14,71	1.819,8
.Toucinho	5,1	16,12	82,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
.Carne de Sol	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77,9	18,34	1.429,0
.Carne Congelada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,1	34,18	37,6
T O T A L	2.529,0	-	30.257,6	3.300,2	-	35.048,5	2.247,3	-	22.540,2	2.537,5	-	26.607,0

FONTE: COPESEBRA.

\* A nível grossista/FOB.

\*\*Farinha de Carne.

TABELA 30

PREÇO MÉDIO ANUAL DE VENDA POR PRODUTO NO MERCADO EXTERNO  
1975/78\*

Em Cr\$ 1.000 de 1977

PRODUTO	1975			1976			1977			1978		
	QUANTIDADE (t)	PREÇO	VALOR	QUANTIDADE (t)	PREÇO	VALOR	QUANTIDADE (t)	PREÇO	VALOR	QUANTIDADE (t)	PREÇO	VALOR
Toucinho Cartilagem	104,4	11,95	1.248,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carne Congelada	-	-	-	122,4	12,73	1.558,2	449,7	19,79	8.897,7	712,8	33,45	23.840,1
TOTAL	104,4	-	1.248,0	122,4	-	1.558,2	449,7	-	8.897,7	712,8	-	23.840,1

FONTE: COPEBRA.

\*A nível grossista/FOB.

O faturamento com as vendas no exterior alcançou Cr\$ 35,54 milhões no período de 1975 a 1978, conforme revelam os dados da tabela adiante e aqui apresentado em forma de resumo.

FATURAMENTO NO PERÍODO - Em milhões

1975	Cr\$ 1.248,0
1976	1.558,2
1977	8.897,7
1978	<u>23.840,1</u>
TOTAL	Cr\$ 35.544,0

### 6.3 - PREÇOS A NÍVEL DO CONSUMIDOR

Não foi possível fazermos uma análise mais ampliada dos preços a nível do consumidor, face à inexistência do produto no momento da realização do presente estudo. Entretanto, o Setor de Pesquisa da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca realizou um trabalho dessa espécie em algumas cidades da Paraíba e da Bahia nos anos de 1974 a 1976, chegando a apresentar alguns elementos comparativos, assim mesmo só no que diz respeito à charque da baleia em relação à do gado bovino, cujo comportamento é apresentado na tabela 31.

TABELA 31  
ANÁLISE COMPARATIVA DOS PREÇOS À NÍVEL DO CONSUMIDOR

Em Cr\$ 1,00

CIDADES	1 9 7 4		1 9 7 5		1 9 7 6	
	GADO	BALEIA	GADO	BALEIA	GADO	BALEIA
.Guarabira/PB	-	-	-	-	24,00	12,00
.Sapé/PB	-	-	-	-	22,00	12,00
.Santa Rita/PB	-	-	-	-	21,00	12,00
.Mamanguape/PB	-	-	-	-	20,00	12,00
.Santo Antonio/BA	18,00	12,00	19,00	12,50	23,00	14,00
.Jequiá/BA	18,00	12,00	18,00	12,00	22,00	14,50

FONTE: SUDEPE, Plano Estadual de Pesca, 1980/85, dez.1978, cit.

## 7. FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO

## 7. FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO

### 7.1- NO MERCADO EXTERNO

Somente os produtos exportados para o exterior, especificamente o Japão, a empresa utiliza de sua própria estrutura na comercialização. Trata-se pois, da Nippon Reizo KK, pertencente ao mesmo grupo, que funciona como agente nas operações comerciais naquele país.

### 7.2- NO MERCADO INTERNO

A companhia não conta com serviços de vendas diretas ao consumidor. No entanto, no caso de pequenas quantidades, que geralmente se destinam às comunidades mais próximas, são todas cadastradas pela empresa, comportamento igual para os demais clientes grossistas, fora ou dentro do Estado.

Além das indústrias que diretamente utilizam parte dos produtos da empresa, os demais são comerciantes grossistas que funcionam como intermediários nas transações.

Para efeito de melhor conhecimento da estrutura que conta a empresa nas suas operações comerciais, apresenta-se a seguir, por Estado e país, a quantidade de pessoas e/ou firmas, no total de 139, envolvidas com a empresa no processo de comercialização.

lização, onde se destaca também os produtos transacionados.

TABELA - 32  
ENTIDADES QUE MANTÊM RELACIONAMENTO  
COMERCIAL COM A COPESEBRA

P R O D U T O	N O P A Í S										EXTERIOR (Japão)	TOTAL
	SP	PE	BA	RJ	RS	SE	RN	PA	PB	CE		
.Óleo	10	4	2	1	2	-	-	-	1	1	-	21
.Charque	-	26	7	-	-	1	6	1	51	-	-	92
.Carne verde e sol	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	-	16
.Carnarina	-	6	-	-	-	-	1	-	-	-	-	7
.Farinha de Osso	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2
..Toucinho e Carne Congelada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
T O T A L	10	37	9	1	2	1	7	2	68	1	1	139

FONTE: A exploração de Baleias por Nacionais-II/SUDEPE/  
/COPESEBRA, 1978.

### 7.3- MODALIDADE DE PAGAMENTO

Dos produtos industrializados da baleia, apenas o óleo e a farinha de osso são vendidos à prazo, cujo pagamento varia entre 30 e 60 dias. Os demais são entregues mediante pagamento à vista.

A empresa não se utiliza de política de "marketing" na venda dos seus produtos, pois segundo esclarecimentos prestados pela gerência, os mesmos não contam com concorrentes e, por outro lado, as quantidades ofertadas são sempre inferiores em relação às demandas. Todavia, os dirigentes da empresa realizam



visitas anuais a grande parcela dos clientes.

Todos os produtos são de grande aceitação, particularmente o óleo que exerce função de complemento nas importações às indústrias químicas de curtimento do país. Os demais, exceto a farinha de osso, são de consumo alimentar, cuja facilidade de colocação no mercado a empresa atribui ao baixo preço quando comparados à carne de boi.

Outro dado que deve ser acrescentado, e de certa forma tem sua importância, diz respeito à proporção dos elementos nutrientes entre a carne bovina e a da baleia que, praticamente não apresentam diferenças significativas na sua composição mas, de alguma maneira deve ter sua parcela de contribuição no campo da comercialização. Assim vejamos:

TABELA - 33  
ELEMENTOS NUTRIENTES EM RELAÇÃO A CARNE BOVINA

ELEMENTOS	C A R N E	
	BOVINA	BALEIA
.Água	74,83	72,76
.Proteína	21,49	24,36
.Gordura Bruta	2,72	1,24
.Cinza Bruta	1,10	0,67

FONTE: A Exploração de Baleias por Nacionais -  
- I, SUDEPE, 1977.

#### 7.4- CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

A partir da chegada da matéria-prima até a comercialização, os produtos passam por etapas sucessivas de fiscalização. Tal incumbência é exercida pelo GIPOA<sup>78</sup>, órgão do Ministério da Agricultura, o qual dispõe de uma dependência na própria Companhia, onde permanecem três funcionários durante 24 horas e, segundo informações, são altamente qualificados no exame e controle da higidez dos produtos.

---

<sup>78</sup>Grupo Executivo de Inspeção de Produtos Animais/Pesquisa Direta.

8. CONTRIBUIÇÃO DA PESCA DA BALEIA NOS  
TRIBUTOS GOVERNAMENTAIS

## 8. CONTRIBUIÇÃO DA PESCA DA BALEIA NOS TRIBUTOS GOVERNAMENTAIS

### 8.1 - ESTADO

A Cia. de Pesca Norte do Brasil recolheu aos cofres públicos do Estado relativamente aos Impostos s/Circulação de Mercadorias, no período de 1975 a 1978, a importância de Cr\$ 10,51 milhões, enquanto isso, recebeu de incentivos fiscais Cr\$ 3,91 milhões,<sup>79</sup> representando em média, 37,0% do total recolhido. Conforme verificamos é bastante significativa a contribuição que essa atividade exerce na formação dessa receita no Estado.

O demonstrativo seguinte enseja compreensão mais detalhada sobre o comportamento dessa situação.

---

<sup>79</sup> O sistema operacional dos incentivos fiscais no Estado, consiste, basicamente, na concessão de créditos de 30% e 60% do ICM devido pelas indústrias, os quais são creditados em conta especial no Banco do Estado para utilização em projetos aprovados pelas SIC e SEPLAN. Ver Dec. 7.316/77, cit.

TABELA 34  
 ICM RECOLHIDO E INCENTIVOS FISCAIS  
 RECEBIDOS PELA COPESBRA  
 PERÍODO 1975/78

Em Cr\$ 1.000 de 1977

EXERCÍCIO	ICM RECOLHIDO (a)	INCENTIVO FISCAL RECEBIDO (b)	% LIBERADO POR ANO (b/a)
1975	3.017,4	1.070,3	35,0
1976	3.363,5	1.200,5	36,0
1977	1.936,6	755,8	39,0
1978	2.191,8	880,8	40,0
TOTAL	10.509,3	3.907,4	37,0

FONTE: Departamento da Receita da Secretaria das Finanças do Estado, fev. 1979.

Conforme ficou caracterizado inicialmente, o município é por demais carente no que se relaciona a existência de fontes geradoras de receita, enquadrando-se portanto, naquela categoria de economia, que podemos afirmar, de muito frágil economicamente, quando praticamente uma só empresa assegura o recolhimento do ICM que alimenta com cerca de 45,0%<sup>80</sup> a administração pública municipal do total dos recursos anualmente para poder, precariamente, gerir a coisa pública.

O município gerou para o Estado, relativamente ao ICM no período mencionado, o montante de Cr\$ 11,89 milhões, sendo que Cr\$ 10,51 milhões representam a participação da COPESBRA.

Assim sendo, observa-se que a COPESBRA, praticamente é

<sup>80</sup> Ver tabela 17.

quem sustenta o município na arrecadação do ICM ao Estado. Pois, a participação da empresa em tal tributo representou em 1975, 95,0%, manteve em 1976 o mesmo percentual, declinou um pouco no exercício de 1977 para 83,9%, declinando-se ligeiramente a posição em 1978 chegando a 77,0% (ver tabela 35).

TABELA 35  
COMPARATIVO DO ICM ARRECADADO PELO ESTADO NO MUNICÍPIO COM O RECOLHIDO PELA COPESBRA  
1975/78

Em Cr\$ 1.000 de 1977

EXERCÍCIO	ICM ARRECADADO PELO ESTADO NO MUNICÍPIO	ICM RECOLHIDO PELA COPESBRA	PARTICIPAÇÃO (%)
1975	3.171,3	3.017,4	95,0
1976	3.548,7	3.363,5	95,0
1977	2.336,3	1.936,6	83,0
1978	2.832,7	2.191,8	77,0
TOTAL	11.889,0	10.509,3	88,0

FONTE: Secretaria de Finanças do Estado, fev. 1979.

## 8.2 - MUNICÍPIO

Não é muito diferente a posição da empresa no que tange à contribuição nos tributos municipais. De 1975 a 1978 o município arrecadou o valor de Cr\$ 195,6 mil, desse total, a Companhia contribuiu com a importância de Cr\$ 69,2 mil representando 35,% da sua receita própria. Não é diferente pelo fato de que, em um município considerado globalmente, apenas uma empresa que por sua própria natureza deve recolher mais impostos

aos governos do Estado e da União e, ainda contribui para a municipalidade com esse percentual, razão porque entende-se como relativamente elevada essa participação.

### 8.3 - GOVERNO FEDERAL

Relativamente aos impostos recolhidos a esse nível de governo,<sup>81</sup> limitações de ordem informativa impediram o levantamento do total dos tributos federais arrecadados no município de Lucena, que, através dos quais proporcionasse uma análise comparativa entre o que a empresa recolhe e o montante da área de estudo como um todo, pois, a Delegacia da Receita Federal não dispunha dos dados que tentamos registrar. Todavia, pelas características e tentativas de diagnóstico que procuramos fazer sobre o município no início do presente trabalho, fácil é de concluirmos que não existem fontes de receita que ultrapassem com certa expressão o que a COPESBRA recolhe. Exceto apenas as receitas oriundas do ITR cobrado pelo INCRA originário do setor agrícola.

Restrito aos impostos recolhidos pela COPESBRA, devemos esclarecer que essa empresa recolheu para o governo federal, no período em análise, a importância de Cr\$ 7,04 milhões cuja contribuição anual se comportou da seguinte forma: (tab. 36)

---

<sup>81</sup> Os tributos federais se referem ao IPI, IR e ITR.

TABELA 36

## IMPOSTOS FEDERAIS RECOLHIDOS PELA COPESBRA

1975/78

Cr\$ 1.000 de 1977

A N O	V A L O R
1975	1.484,7
1976	1.902,1
1977	1.697,0
1978	1.956,2
T O T A L	7.040,0

FONTE: COPESBRA.



9. O ESTADO E A POLÍTICA DE INCENTIVOS FISCAIS  
EM FAVOR DA ATIVIDADE BALEEIRA

## 9. O ESTADO<sup>82</sup> E A POLÍTICA DE INCENTIVOS FISCAIS EM FAVOR DA ATIVIDADE BALEEIRA

Efetivamente, a atividade baleeira não é o único empreendimento beneficiado com a Política de Incentivos Fiscais proporcionada pelo Estado. Trata-se de um programa a nível estadual que permite instalações, permanência, modernização e ampliação de atividades industriais, bem como estímulo às exportações.

Na Paraíba, considera-se como incentivo fiscal, o depósito no Banco do Estado da Paraíba S/A de parte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias a recolher por empresas industriais para aplicação em projetos da empresa titular dos depósitos ou de terceiros.<sup>83</sup>

A unidade em evidência recolheu aos cofres do Estado da Paraíba relativamente ao ICM no período de 1975/78, a importância de Cr\$ 10,51 milhões, conforme ficou caracterizado anteriormente. Entretanto, teve liberado, para efeito de modernização e/ou ampliação na fase em estudo, o valor de Cr\$ 3,91 milhões, correspondentes aos incentivos fiscais proporcionados

---

<sup>82</sup> O Estado entendido nos seus diversos níveis governamentais.

<sup>83</sup> Decreto nº 7.316/77, cit.

pelo governo, os quais representaram, em média 37,0% do total recolhido, conforme demonstramos na tabela 34. Relativamente aos incentivos proporcionados pelo governo federal,<sup>84</sup> como promoção às exportações realizadas pela empresa, o valor recebido como estímulo às suas atividades representou, em termos médios 74,0%, valendo salientar que nos três primeiros anos a contribuição financeira oferecida atingiu, a média de 78,6%, do total efetivamente recolhido. (Tabela 36).

TABELA 37  
IMPOSTOS RECEBIDOS PELA UNIÃO E INCENTIVOS AU  
FERIDOS PELA COPESBRA - 1975/78

Em Cr\$ 1.000 de 1977

A N O	IMPOSTOS RECEBIDOS PELA UNIÃO (a)	INCENTIVOS AUFERI DOS PELA EMPRESA (b)	% LIBERADO (b/a)
1975	1.484,7	1.188,9	80,0
1976	1.902,1	1.477,1	78,0
1977	1.697,0	1.328,6	78,0
1978	1.956,2	1.190,9	61,0
TOTAL	7.040,0	5.185,5	74,0

FONTE: COPESBRA.

Em conjunto, a contribuição tributária da atividade ba  
leeira para os governos federal, estadual e municipal, gerou  
uma receita no período na importância de Cr\$ 17,62 milhões, en  
quanto o montante relativo aos incentivos oferecidos à explora

<sup>84</sup> Dec. Lei 221/67 - Este diploma legal que apoia e/ou ampara a atividade pesqueira é de âmbito nacional. Os recursos disponíveis para esse fim, apesar de levantados em todo país, são orientados para onde existem tal tipo de exploração no caso específico, a Paraíba também tem sido beneficiada.

ção atingiu o valor de Cr\$ 9,09 milhões. (Ver tabela 37).

A respeito da contribuição oferecida pelo governo municipal, apenas constatamos<sup>85</sup> que a municipalidade construiu as arquibancadas localizadas em terreno da fábrica para que os visitantes assistam ao corte das baleias e a pedido da Companhia, liberou a taxa de ingresso que era cobrada dos turistas no local da chegada e retalhamento dos cetáceos.

---

<sup>85</sup> *Informações pessoal obtida do atual Prefeito.*

TABELA 38

CONSOLIDAÇÃO DOS IMPOSTOS RECOLHIDOS E OS INCENTIVOS OFERECIDOS À ATIVIDADE BALEEIRA  
1975/78

Cr\$ 1.000 de 1977

A N O	N Í V E I S G O V E R N A M E N T A I S							
	ESTADO		% LIBERADO p/ano (b/a)	FEDERAL		% LIBERADO p/ano (d/c)	MUNICIPAL* TRIBUTOS ARRECADADOS	
	ICM ARRECADADO (a)	INCENTIVO LIBERADO (b)		IPI, IR, ITR ARRECADADO (c)	INCENTIVO LIBERADO (d)			
1975	3.017,4	1.070,3	35,0	1.484,7	1.188,9	80,0	17,4	
1976	3.563,5	1.200,5	54,0	1.902,1	1.477,1	78,0	16,0	
1977	1.936,6	755,8	39,0	1.697,0	1.328,6	78,0	16,4	
1978	2.191,8	880,8	40,0	1.956,2	1.190,9	61,0	19,4	
<b>TOTAL</b>	<b>10.509,3</b>	<b>3.907,4</b>	<b>37,0</b>	<b>7.040,0</b>	<b>5.185,5</b>	<b>74,0</b>	<b>69,2</b>	

FONTES: Secretaria de Finanças do Estado, Prefeitura e COPESBRA.

\*Não houve liberação.

## RESUMO DO PERÍODO

IMPOSTOS RECOLHIDOS

.Ao Estado .....	10.509,3
.Ao Gov. Federal .....	7.040,0
.Ao Município .....	69,2
<b>T O T A I S .....</b>	<b>17.618,5</b>

INCENTIVOS RECEBIDOS

3.907,4
5.185,5
-
<b>9.092,9</b>

## 10. CONCLUSÕES

## 10. CONCLUSÕES

Ao alcançarmos esta etapa final do estudo, esperamos ter atingido os objetivos propostos, quais sejam, o de avaliarmos a repercussão sócio-econômicas da atividade baleeira na Paraíba, particularmente dentro do contexto da economia do município de Lucena. Conforme evidenciamos, essa atividade proporciona uma série de benefícios para a comunidade, principalmente na produção direta e indireta de receitas aos cofres públicos municipais, bem como sua capacidade de oferta de empregos proporcionados à considerável parcela da população local com reflexo altamente positivo no campo social da comunidade, além de ser um empreendimento produtor de alimentos que se destina, basicamente, à população de baixa renda.

Do lado econômico-financeiro, a Paraíba é beneficiada com a produção de impostos gerados, em particular na contribuição no montante do ICM. Como sabemos, do total que o Estado arrecada dentro da área geográfica do município, essa atividade participa com quase 90%, sem contar ainda com as receitas produzidas em favor do governo federal representadas por IR e IPI e com cerca de 35% dos tributos de competência do governo do município.

Durante a análise, podemos constatar que a atividade de pesca e aproveitamento dos cetáceos, contribuiu nos anos de 1975/78 com Cr\$ 17,55 milhões para os cofres do governo da Paraíba e do governo federal, sendo que, diretamente para os cofres municipais, a contribuição foi de Cr\$ 69,2 mil, cujo montante somado com as outras esferas de governo, perfaz um total geral de Cr\$ 17,62 milhões no período. É bem verdade que, paralelamente a esse fluxo permanente de receita, o setor público contribuiu com o empreendimento através de sua política de incentivos fiscais, correspondendo ao apoio institucional que os governos proporcionam normalmente para implantação, ampliação e modernização de empreendimentos considerados importantes para o desenvolvimento do Estado. No caso particular da Paraíba, toda motivação na manutenção das atividades industriais é baseada no Decreto nº 7.316/77, exaustivamente mencionado durante a realização deste estudo. Relativamente ao governo federal, toda política se fundamenta no Dec. Lei 221/67, cujo instrumento surgiu com a finalidade de desenvolver a atividade pesqueira em âmbito nacional e, como não poderia ser diferente, a atividade de pesca da baleia encontra-se também coberta por essa legislação, tendo se beneficiado inclusive, durante o período, dessa oportunidade. Fundamentado nesses instrumentos legais, o empreendimento baleeiro na Paraíba utilizou-se desses incentivos, recebendo de 1975/78, a importância de Cr\$ 3,9 milhões do governo estadual e Cr\$ 5,2 milhões do governo da União.<sup>86</sup>

<sup>86</sup> Para efeito de utilização dos incentivos proporcionados pelo governo estadual, dependem previamente de apresentação de projetos para assim justificar a sua aplicação, mesmo assim, tais estudos serão examinados e analisados pela SIC e SEPLAN. No âmbito do governo federal, a concessão fica a cargo de pronunciamentos prévios da SUDEPE e Min. da Fazenda.



Com relação a oportunidade de trabalho para a população local, verificamos que o empreendimento mantém uma oferta de 331 empregos diretos durante o período normal de atividades.<sup>87</sup>

A folha de pagamento mensal do empreendimento atinge Cr\$ 1,23 milhões sendo que grande parte ingressa normalmente no circuito da economia lucenense, favorecendo, sem dúvida, outras atividades lá existentes.

Quanto a estrutura salarial a atividade baleeira tem proporcionado níveis mais elevados em relação aos normalmente pagos por outras atividades na área, pois, enquanto a média de remuneração da Companhia gira em torno de Cr\$ 3.710,00 na fase de "pico"<sup>88</sup> e Cr\$ 4.200,00 no período de encerramento da captura,<sup>89</sup> os outros tipos de emprego fica em torno de Cr\$ 750,00, havendo casos, conforme constatação da SUCAM e observação "in-loco" pais de famílias que não percebem nem sequer Cr\$ 300,00 mensais.

Além de ser responsável pela oferta de empregos, a atividade de captura e beneficiamento industrial da baleia, a população se beneficia da geração de renda, prestação de alguns serviços e, principalmente de oferta de alimentos<sup>90</sup> de elevado

---

<sup>87</sup> A capacidade de geração de empregos indiretos somente no município é de cerca de 978 pessoas, os quais somados aos 331 totalizam 1.038 que dependem direta e/ou indiretamente da atividade baleeira.

<sup>88</sup> Considerando-se todo pessoal ocupado - julho/dezembro.

<sup>89</sup> Com a dispensa de parte do pessoal ligado à produção, o salário médio se eleva por conta dos salários mais altos do pessoal ligado à administração.

<sup>90</sup> Considerando a produção total do período sob análise, 88,4% foi destinada ao mercado brasileiro e 11,6% ao mercado externo. A região nordestina absorveu 63,3%, enquanto a Paraíba consumiu 34,2% deste. (Tabelas 25 e 26).

teor nutritivo e comercializado a preços inferiores relativamente aos seus sucedâneos. Por todas essas razões, a atividade de baleeira industrial contribui para a melhoria relativa das condições de vida da comunidade, sendo assim, fator de equilíbrio sócio-econômico na área.

Por outro lado, verificamos que o município possui poucas possibilidades de desenvolvimento, pelo menos a curto e mesmo a médio prazos, no que se refere a mobilização de outras alternativas que possam garantir a geração de receitas e ofertas de empregos, pois, a única indústria existente é a que se dedica a captura e aproveitamento da baleia. A atividade de pesca que poderia ser uma das opções viáveis, a maioria dos pescadores não dispõe dos instrumentos de pesca necessários, ensejando a utilização de tais equipamentos pertencentes a terceiros com os quais têm que dividir os resultados.<sup>91</sup>

Face a toda essa problemática considerada, podemos assim resumir:

a) O crescimento da receita do município no que tange à participação do ICM, fica sempre na dependência da ampliação das atividades de captura e aproveitamento da baleia. Uma suspensão dessa atividade na Paraíba, traria, resultados por demais nefastos às finanças públicas municipais, vez que sua participação é sempre em função do montante da arrecadação total realizada pelo governo estadual;

---

<sup>91</sup> Segundo a Colônia de Pescadores de Lucena, são poucos os sócios que dispõem de condições para aquisição de equipamentos de pesca, razão pela qual se submetem à essa situação.

b) Ficou constatado que o município conta com poucas possibilidades, no que diz respeito a uma possível ampliação ou mesmo geração de outras alternativas que possam assegurar à população local às condições de vida, mesmo nos níveis atuais, caso seja determinada a suspensão da atividade baleeira, no litoral paraibano;

c) A atividade de captura da baleia exerce influência econômico-social de veras importante junto à comunidade, em termos de geração de receita e oferta de oportunidades de empregos e significativa parcela da mão-de-obra local;

d) Como não existe consenso em escala mundial para a paralização da captura e, como a cota destinada ao Brasil é inexpressiva, em relação ao universo total, não há porque concordar com a suspensão unilateral, principalmente pelo fato de que, segundo a SUDEPE e a CIB, caso o Brasil suspenda suas atividades, a cota que lhe seria fixada, será transferida para outros países membros, medida que é sob todos os aspectos prejudicial aos interesses nacionais, porque neste caso iriam ser beneficiados países como o Japão e a União Soviética, que, em conjunto detêm cerca de 86,2%, enquanto o Brasil com irrisória participação quando deteve em 1976 3,3% e 1977 subiu para 6,6%.<sup>92</sup> (tabela 20).

---

<sup>92</sup> *Crêscimento decorrente da redistribuição da cota destinada à África do Sul, que neste ano não participou. A cota brasileira para 1978, foi fixada em 755 unidades, somente da espécie minke, correspondendo a 12% em relação aos demais países. (Ver pág. 19 deste estudo).*

## 11. SUGESTÕES

## 11. SUGESTÕES

Tendo em vista às conclusões a que chegamos, mesmo considerando as limitações do material bibliográfico disponível que dificultou de certa forma o estudo do problema em sua maior amplitude e profundidade, ainda assim, conseguimos identificar alguns problemas de significativa importância para o município que merecerão algumas reflexões não somente durante o processo de capturação e aproveitamento da baleia, mas também chamar atenção dos órgãos responsáveis pela repercussão social negativa que gerará junto a comunidade lucenense, caso ocorra a suspensão da atividade baleeira, no litoral paraibano e quais as medidas que devem ser tomadas preliminarmente em quaisquer circunstâncias:

**a)** O governo brasileiro, antes de decidir sobre a proibição da pesca da baleia em nosso território, deverá estar consciente de que se as demais nações capturadoras adotarão a mesma medida;

**b)** As autoridades governamentais devem tomar providências urgentes no sentido de intensificar a pesquisa de atum na área, a fim de que seja definida sua potencialidade econômica

e, de imediato, incorporar a COPESBRA ou outra empresa que ve nha se interessar na exploração de tal atividade como uma das alternativas que possam assegurar oferta de empregos caso seja suspensa a pesca da baleia;

c) Devido ao fato de a população do município apresen tar vocação para a atividade pesqueira, a SUDEPE conjuntamente com os órgãos estaduais, devem estudar a possibilidade de dina mizar esse setor, de forma tal que estimule e recompense os pescadores do município. E, em assim sendo, criará condições de absorver uma parcela significativa da mão-de-obra passível de ser liberada com o encerramento da atividade baleeira;

d) Para salvaguardar os interesses da população lucenen se, caso se concretize a suspensão da pesca da baleia, o governo deve procurar soluções junto a COPESBRA para que a mesma possa utilizar seus equipamentos em outras atividades desde que assegure a manutenção da mão-de-obra sujeita à dispensa com o previsto encerramento das atuais atividades;

e) Entre outras, podemos sugerir que os órgãos especia lizados do governo devem verificar se a estrutura fundiária do município permite implementar um programa de desenvolvimento rural integrado, que possibilite abrir novas oportunidades de empregos para a população do município;

f) Finalmente, sugerimos as autoridades governamentais para que, se por ventura for assegurada a atividade de captura

e aproveitamento da baleia em mar brasileiro, devem ser mantidos entendimentos com a direção da Companhia para que a mesma intensifique uma campanha de esclarecimento junto à população, particularmente a da área, a fim de que passe a consumir maior quantidade dos produtos gerados da baleia, em princípio àqueles que são orientados para o mercado externo, os quais, segundo ficou constatado, a exportação atinge atualmente cerca de 12%, do total produzido.

## 12. BIBLIOGRAFIA



## 12. BIBLIOGRAFIA

01. CAVALCANTE, Antonio - A Pesca da Baleia na Paraíba, Matéria Prima e Mercado, Trabalho Acadêmico, dez., 1978.
02. \_\_\_\_\_ et alli - A Influência da Pesca da Baleia, no Nível de Emprego no Município de Lucena, trabalho acadêmico, nov., 1978.
03. COMPANHIA DE PESCA NORTE DO BRASIL - Exposição de Motivos à Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, solicitando incentivos, João Pessoa, agosto, 1977.
04. DELTA LAROUSE - Grande Enciclopédia, edição, 1973.
05. ELLIS, Myriam - A Baleia no Brasil Colonial. São Paulo, Melhoramentos, 1969.
06. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS, Correio da Paraíba, 1976.
07. HINDS, de Medeiros Glen - A Baleia no Brasil, Ministério da Agricultura, Boletim Econômico nº 85, Rio de Janeiro, abril, 1965.
08. LEITE, José A. - Metodologia de Elaboração de Teses, São Paulo, McGraw do Brasil, 1978.
09. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - A Baleia no Brasil, Rio de Janeiro, 1965.
10. PARKER, S. R. et alli. Sociologia da Indústria. São Paulo, Atlas, 1975.

11. REVISTA CONHECER Nº 31 - Abril Cultural, pp.481/3.
12. REVISTA VISÃO - Rio de Janeiro, julho, 1976.
13. RUIZ, João Álvaro - Metodologia Científica, São Paulo, Atlas, 1977.
14. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA - Plano Estadual de Pesca 1980/85, João Pessoa, 1978.
15. \_\_\_\_\_ - A Exploração de Baleias por Nacionais-I, João Pessoa, 1977.
16. \_\_\_\_\_ - A Exploração de Baleias por Nacionais-II, João Pessoa, 1978.
17. \_\_\_\_\_ - Relatório da Reunião Especial sobre as baleias minke no Hemisfério Sul, Brasília, junho, 1978.
18. \_\_\_\_\_ - 27ª Reunião da Comissão Internacional da Baleia, Relatório da Delegação Brasileira, junho, 1975.
19. \_\_\_\_\_ - 28ª Reunião da Comissão Internacional da Baleia, junho, 1976.
20. \_\_\_\_\_ - 29ª Reunião da Comissão Internacional da Baleia, Relatório da Delegação Brasileira, junho, 1977.
21. \_\_\_\_\_ - 30ª Reunião da Comissão Internacional da Baleia, Relatório da Delegação Brasileira, junho, 1978.
22. \_\_\_\_\_ - Série Documentos Ocasionais, nº 22, out.1976.
23. SADAO, Watase - A Pesca da Baleia no Brasil, SUDEPE, 1964.
24. SCAICO, Marcos A. - A Baleia no Nordeste Brasileiro, UFPB, Departamento de Biologia, jan. 1979, no prelo da Revista Horizonte.
25. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE e Núcleo de Assistência Industrial - O mercado de pescado na grande João Pessoa, João Pessoa, 1976.

26. SCHNEIDER, Eugene V. - Relações Sociais entre a Indústria e a Comunidade. Zahar, Rio de Janeiro, 1976.
27. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - Arquivos de Ciências do Mar, Vol. XI, junho, 1971.
28. WILLIAMSON, Gordon R. - Minke Whales of Brazil, Research Institute nº 27, set. 1975.

...

13. A N E X O S

ANEXO 1 - ESPÉCIES DE BALEIAS E  
PREFERENCIAS NA CAPTURA.

## - ESPÉCIES DE BALEIAS<sup>1</sup>

Há vários tipos de baleias. A azul, praticamente extinta em razão da captura indiscriminada nos hemisférios norte e sul, é a maior de todas. A preta foi abundante até o século passado nos hemisférios, tornando-se escassa no século atual pelas mesmas razões, isto é, ao mesmo tempo em que a espécie azul foi escasseando, o esforço de pesca passou a ser desenvolvido para a de cor preta. Existe a cachalote, que mede de 13 a 18 metros. As minkes são as do tipo menor e as que mais aparecem na Paraíba; medem de 6,30 a 10,70 metros. Há a espécie espadarte que também frequenta a costa paraibana mas, no momento, sua captura não é permitida por decisão da Comissão Internacional da Baleia, como forma de proteção ao estoque dos mamíferos.

As espécies capturadas na Paraíba, que obedecem às cotas fixadas pela CIB, são severamente controladas e fiscalizadas pela Base de Operação da SUDEPE; em caso da empresa de não respeitar as normas estabelecidas, a medida punitiva é o seu fechamento.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup>As Baleias Minke no Brasil, SUDEPE, set., 1975.

<sup>2</sup>Resultante de entrevista com a Base de Operações da SUDEPE.

Os nomes científicos e populares dados às baleias são os que seguem:

POPULAR (vulgar)	CIENTÍFICO	COMPRIMENTO MÉDIO (m)
.Azul (Blue Whale)	Balaenoptera Musculus	27,0
.Cachalote (Epern Whale)	Physeter Catodon	16,0
.Espadarte (Sei Whale)	Balaenoptera borealis	15,0
.Franca (Righ Whale)	Eubalaena glacialis	15,0
.Preta (Humpback Whale)	Megaptera novaengliae	13,0
.Cinzenta (Grai Whale)	Eschrichtius robustos	13,0
.Bicuda (Baird's Whale)	Berardius bairdii	10,0
.Orca (Killer Whale)	Orcinus orca	7,5
.Anã (Minke Whale)	Balaenoptera acutorostrata	7,5

FONTES: WATASE, Sadao - A Pesca da Baleia no Brasil, SUDEPE. SCAICO, Marcos, op. cit.

#### - PREFERÊNCIA NA CAPTURA

Do ponto de vista da empresa,<sup>3</sup> haveria uma preferência para as espécies espadarte e cachalote. A primeira por possuir maior volume de carne e a segunda por permitir a extração de maior quantidade de óleo. Não havendo opção, dado que a espadarte tem a pesca proibida e a outra espécie ter cota muito limitada, a alternativa é capturar a da espécie minke, face a sua abundância na Paraíba.

No período de 1967/78, foram capturadas na Paraíba, 9.573 baleias, sendo 8.770 minkes, 547 cachalotes e 253 espadarte, conforme o quadro seguinte:

<sup>3</sup>Informações da empresa.

TABELA 1  
 NÚMERO E ESPÉCIES DE BALEIAS CAPTURADAS NO  
 PERÍODO 1967/78

A N O	E S P É C I E S			TOTAL
	M I N K E	CACHALOTE	ESPADARTE	
1967	488	20	55	563
1968	456	39	64	559
1969	617	75	62	754
1970	701	76	26	803
1971	900	55	20	975
1972	702	66	5	773
1973	650	75	7	732
1974	761	29	3	793
1975	1.038	54	3	1.095
1976	776	9	3	788
1977	1.000	25	5	1.030*
1978	690	24	-	714
TOTAL	8.779	547	253	9.573

FONTE: Base de Operações do PDP/SUDEPE e COPEBRA.

Tomando por base que a baleia minke e a cachalote pesam em média 6 toneladas, enquanto a espadarte chega a 15, fácil é de concluir que a quantidade de matérias-primas produzidas no período de 1975 alcançou 21.861 toneladas.<sup>4</sup> Tais resultados são melhor observados a partir da análise da tabela nº 14.

\*Segundo o PDP, das 1.030, 6 foram perdidas no mar.

<sup>4</sup>Base de cálculo fornecida pelo PDP, órgão cit.



## ANEXO 2 - O PROCESSO DE CAPTURAÇÃO

- .EQUIPAMENTOS UTILIZADOS
- .TRIPULAÇÃO E SUA COMPOSIÇÃO
- .OPERAÇÃO DE PESCA
- .TRANSFORMAÇÃO

## - O PROCESSO DE CAPTURAÇÃO

### - EQUIPAMENTOS UTILIZADOS

#### .Características do Barco

Para processar a pesca, a empresa conta com barco, cujas características são a seguir descritas.<sup>5</sup> Apenas um barco é permitido no Brasil.

O navio, de propriedade da Companhia é o KATSUMARU n<sup>o</sup> 10. Trata-se de uma embarcação de pesca, fabricada no Japão, no ano de 1961. É um baleeiro típico que opera segundo os padrões tradicionais nesse tipo de atividade. É um barco considerado de tamanho médio com 49,65m, com 395,18 de tonelagem bruta e 112,53 de tonelagem líquida; casco de aço, motor fixo, "hayashikane", de 3.150 HP e 225 rotações.

#### .Tripulação e sua Composição

A tripulação do barco é composta de 26 elementos, sendo um comandante, 1 assistente de comandante, 1 maquinista, 1 artilheiro, 9 pescadores e 12 para serviços complementares como,

---

<sup>5</sup>Base de Operações - SUDEPE/COPEBRA

recolhimento dos mamíferos, desprendimento dos mesmos do barco e outros auxiliares. Dos 26, 19 são brasileiros e 7 japoneses. Somente o artilheiro reside no Japão, sendo contratado somente no período da pesca. Os demais pertencem ao quadro permanente da empresa.

O navio encontra-se devidamente equipado para a pesca, provido de um canhão de 70mm, dotado de um arpão fixado na proa do barco.

#### .Operação de Pesca

Diariamente, parte do Porto de Cabedelo, às 5:00 o Katssumaru nº 10. Caça durante todo o dia a uma distância de 30-140 km da costa ou 18,7 a 87,0 milhas.<sup>6</sup> O mais frequente é de 30-60 km ou 18,7 a 37,2 milhas, retornando ao Porto após anoitecer, isto é, das 20:00 hs à meia noite — mais frequentemente às 21:00 horas. O tempo de viagem — Porto à área de pesca — é em torno de 03:00 hs. Do alto do ponto de observação, denominado de gávea ou "ninho", o mestre de convés e de mais tripulantes observam atentamente a área de pesca. Ao avistar a baleia comunicam ao comando do barco. Logo que a baleia avista o barco trata de fugir. A partir desse momento dá-se início à operação de pesca propriamente dita. As manobras do barco são inúmeras até o canhão ficar na posição ideal para disparo. Quando tal ocorre, o arpão voa e a corda que o pren

---

<sup>6</sup>Uma milha marítima corresponde a 1.609 metros.

de, estende-se. A baleia é alvejada, afunda, aparece, agita-se e morre. Posteriormente, é amarrada com um cabo de aço. No final do cabo de aço, parte um cabo de polietileno, a bandeira e outro do mesmo material para uma bóia de isonor. Do mastro da bandeira parte um cabo para o rádio-bóia, provido de uma antena..

Após às 17:00 hs. as baleias mortas são recolhidas e amarradas ao barco que retorna a Costinha. Ao chegar, as baleias são desprendidas do barco e com guinchos são transportadas, uma a uma, para a plataforma de processamento.

### **.Transformação**

#### **- Trinchamento ou Corte**

Após a tomada dos caracteres morfológicos e dados morfológicos que se destinam às pesquisas (identificação de estoques), dá-se início ao corte. A princípio, decepa-se a nadadeira caudal. Em seguida, são efetuados os cortes longitudinais na parte ventral. Ajudados por guinchos, providos de cabo de aço, são retirados o papo, a língua, toucinho, carne do dorso, vísceras, cabeça e as vértebras.

Os ovários, testículos, as glândulas mamárias (para estudo de reprodução); os "ear-pluhs" (substância cerosa dos ouvidos) para estudo de idade e crescimento, e o estudo estomacal (para estudo de alimentação), são separados para análises de laboratórios a fim de atender pesquisas encomendadas pela SUDEPE.

## - Distribuição das Partes Trinchadas na Empresa

### - Carnes e Papos

As carnes destinam-se ao setor especializado que as se para para três secções a saber: frigorífico (congelamento), charqueada (charque e carne de sol) e carne verde. O papo (parte ventral branca estriada) é encaminhada também à secção de frigorífico.<sup>7</sup>

### - Toucinhos e Gorduras

Destinam-se ao setor de óleo, o qual é composto das secções seguintes: caldeiras, auto-claves e tanques. Lã, são submetidos aos auto-claves, durante 12 horas de fogo, a uma temperatura de 140°C. Após o processo de separação (água e óleo) este é levado via encanamento aos respectivos tanques armazenadores.

### - Ossos

Os ossos são conduzidos ao setor de farinha. Lã, são submetidos aos auto-claves e, posteriormente moídos. Em seguida, destinam-se aos armazéns de depósitos.

### - Carnes, Restos de Carne, Vísceras, etc.

São encaminhados ao setor de farinha. Também são submetidos aos auto-claves e moinhos.

---

<sup>7</sup>A Empresa dispõe para o processo de congelamento e armazenamento de: câmaras de espera para 5t, câmara de estocagem para 100t e túneis de congelamento para 5t.

ANEXO 3 - O PROCESSO DE PREPARAÇÃO, CONSERVAÇÃO  
E TRANSPORTE DOS PRODUTOS

## O PROCESSO DE PREPARAÇÃO, CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE DOS PRODUTOS

### PREPARAÇÃO

A descrição do processo de preparação dos produtos da baleia foi, resumidamente, apresentado anteriormente<sup>8</sup>.

Segundo pode-se registrar, após a retirada das carnes, são separadas as que apresentam higidez igual ou superior a 80%. Estas carnes apresentam temperatura em torno de 35°C. Em seguida, são levadas para o setor de gelo, sendo que, para cada 1 kg de carne é necessário 0,8 kg de gelo, permanecendo em tal setor por cerca de 8 horas, para efeito de conservação e perda de sangue. Nessa fase, a temperatura da carne fica oscilando de 0°C a 8°C. Logo após esse tempo, as carnes são levadas para o salão de processamento onde são colocadas em bandejas de 12kg. Antes porém, elas são acondicionadas em sacos de plásticos finos. Em tais bandejas são conduzidas para o túnel de congelamento, no qual já entram com 15°C e sai com menos de 25°C, permanecendo nessas condições cerca de 18 horas. Após esse tempo, são levadas para o salão de embalagem e, em seguida é levada à câmara de estocagem, onde a temperatura se mantém com menos de 40°C, durante um período mínimo de 30 dias. Depois de cumprido

---

<sup>8</sup> Base de Operações/SUDEPE - COPEBRA.

esse intervalo, os produtos já se apresentam em condições de serem colocados no mercado.

A charque é preparada das carnes que apresentam higidez inferior a 80°C. Estas são retalhadas e levadas para a salmoura (água, luz e gelo), permanecendo na câmara por um período mínimo de 48 horas e máximo de 72 horas. O processo seguinte é fazer o empilhamento com camadas de carnes mais camadas de sal, durante 10 a 15 dias, tempo necessário para poder atingir uma unidade em torno de 15%. Logo após atendida essa exigência, a charque é transportada para o depósito, onde é empilhada, sendo que na última camada é colocada uma cobertura de toucinho, do próprio cetáceo a fim de manter a conservação.

#### - CONSERVAÇÃO

No processo de conservação, a carne e o toucinho são colocados em uma câmara de estocagem com capacidade para 100 toneladas, a uma temperatura geralmente inferior a 20°C. A carne de sol, do mesmo modo, que a charque, é colocada em depósitos normais, sendo conservada a temperatura ambiente. O óleo, por sua vez, é depositado em tanques fixos e tonéis, enquanto a farinha é colocada em sacos de algodão e armazenados nos depósitos da empresa, já nesta altura, em condições de ser comercializada. A carne, com higidez menor ou igual a 80%, permanece em congelamento, já aquela que apresenta higidez menor do que 80% é vendida inatura ou transformada em charque. A carne congelada é colocada em caixa de papelão com capacidade para 12kg. As



nadadeiras são colocadas em sacos de polipropileno de 35 kg, enquanto as cartilagens e carnes de cabeça, são também embaladas neste mesmo tipo de sacos, com a ressalva de que são apenas de 12 kg. O óleo, por sua vez, como ficou expresso anteriormente, é conservado em tanques fixos existentes na empresa para atender essa finalidade.

## FORMA DE TRANSPORTE PARA O MERCADO

### Mercado Internacional

Os produtos destinados ao mercado internacional — toucinho e carne congelada — logo após cumprido o processo de preparação e conservação interna na empresa, são encaminhados para o Recife. As grandes quantidades são transportadas em caminhões de terceiros, enquanto as quantidades menores são conduzidas em Kombis da própria Companhia, já equipadas para esse fim. Lá no Recife, em depósitos da CIBRAZEM, no Cais do Porto, são armazenados e, em seguida exportados para o exterior em navios frigoríficos.

### Mercado Nacional

Os produtos consumidos internamente são transportados normalmente em caminhão. A farinha, a carnarina, a carne de sol, bem como a charque, são acondicionadas em sacos de 50 kg. Já a carne verde vendida para as cidades mais próximas da Companhia é conduzida em caixa de isonor com capacidade de 50 kg,

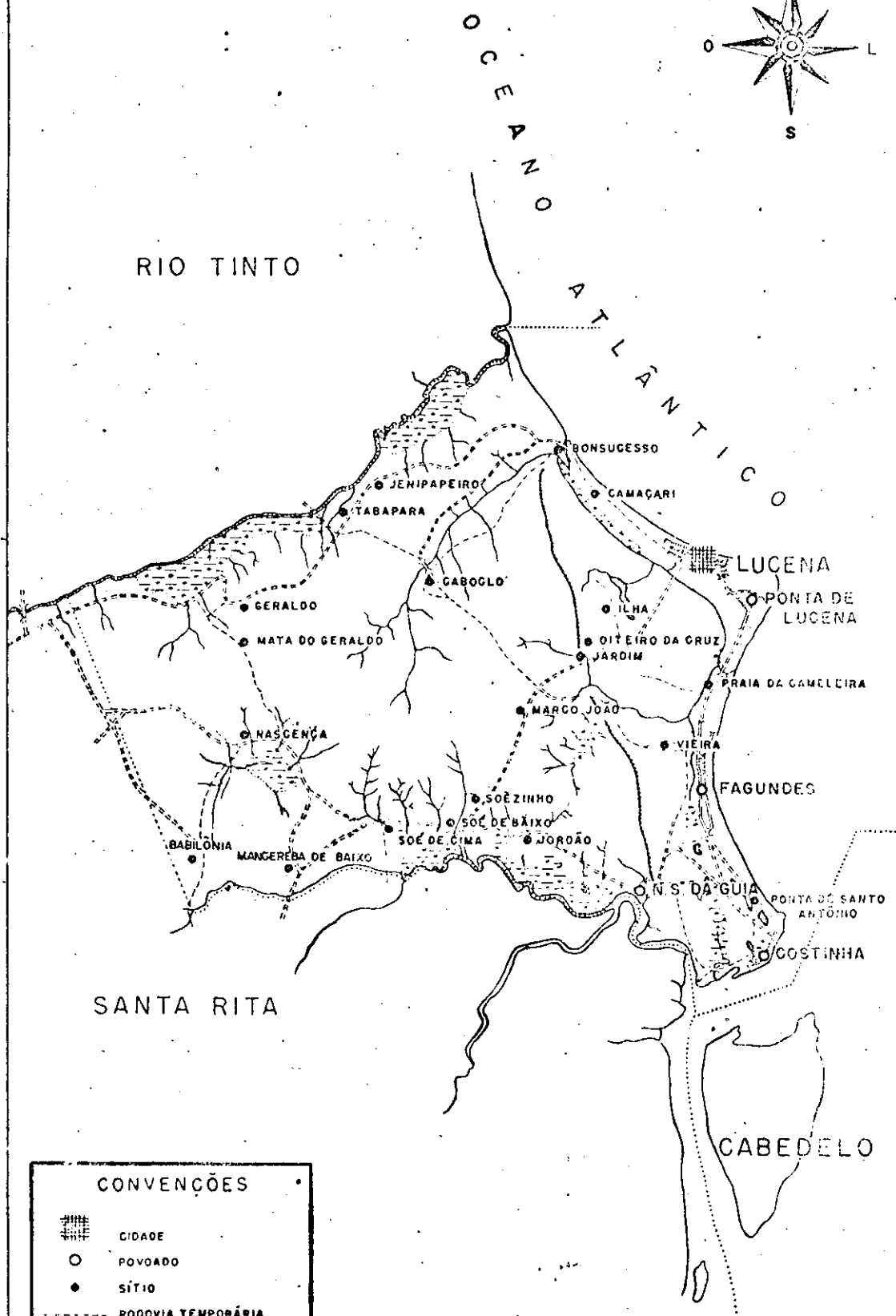
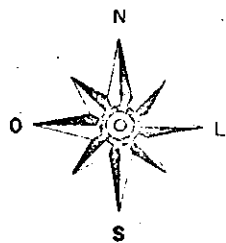
acondiçonada em sacos de plástico finos de 2 kg. Para os produtos vendidos em pequena quantidade, no caso a varejistas, que se destinam a Cabedelo e João Pessoa, são utilizados barcos que realizam os serviços de transporte coletivo e carga ã Costinha e vice-versa.

Para todos os produtos, as embalagens são adquiridas em João Pessoa e Recife, quando necessário se importa de São Paulo.

ANEXO 4

- MAPA DO ESTADO INDICANDO A LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO
- MAPA DO MUNICÍPIO





**CONVENÇÕES**

	CIDADE
	POVOADO
	SÍTIO
	RODOVIA TEMPORÁRIA
	CAMINHO A PÉ OU A CAVALO
	RIO PERMANENTE
	CÓRREGO PERMANENTE
	PONTE
	LAGOA
	PANTANO
	LIMITE DE MUNICÍPIO

MINISTÉRIO DA SAÚDE  
C.N.E.  
CAMPAÑA DE ERRADICAÇÃO DA MALÁRIA  
SETOR PARAÍBA

ESCALA: 1:100.000	<b>MUNICÍPIO DE LUCENA</b> ESTADO DA PARAÍBA
DATA: 9/6/1.970	
DESENHISTA:	